



MUNICÍPIO DE AVEIRO **Assembleia Municipal**

ACTA N.º 3

Sessão Ordinária de Fevereiro

2.ª Reunião de 16-02-98

Aos dezasseis dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito, nesta cidade de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na segunda reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro, Presidida pelo Primeiro Secretário João Pedro Simões Dias em substituição do Presidente, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, por não se encontrar presente e secretariado pelo Segundo Secretário, Custódio das Neves Lopes Ramos e pela Vogal, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários em substituição dos titulares e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Cardoso Leitão Miranda, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroiteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, António Sousa Dinis Correia, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes, António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21:30 horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Procedeu-se à chamada e verificou-se a falta dos vogais Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Libério da Silva Santos, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Estevão de Sousa Rosas, Manuel Simões Madaíl e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente deu nota do pedido de justificação de falta do vogal Manuel Simões Madaíl, a qual foi aceite e considerada justificada.

Presidente da Mesa:

“Senhores Membros da Assembleia, estão abertos os trabalhos da segunda reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro. Antes de retomarmos os trabalhos no ponto da ordem de trabalhos em que foram suspensos, permitam-me transmitir a esta Assembleia duas notas que creio dever fazê-lo. Em primeiro lugar transmitir à Assembleia a grande satisfação e a grande honra que é para mim poder presidir a esta reunião, pese embora os motivos que estão na origem desta situação sejam por todos nós lamentados, e eu pedia aos serviços de apoio para que, creio que interpretando o sentido de toda a Assembleia, que fique exarado em acta os votos da Assembleia Municipal de Aveiro,

pelo pronto restabelecimento do seu Presidente. Em segundo lugar queria solicitar a melhor colaboração de todos os senhores membros da Assembleia, para que os nossos trabalhos sejam profícuos e decorram com a celeridade e com a vivacidade que se impõem. Sendo assim, se não houver nada em contrário iríamos dar entrada na ordem de trabalhos. O Sr. Salavessa pede a palavra para que efeito?."

Vogal António Salavessa:

"Sr. Presidente, peço a palavra para solicitar um período extraordinário de antes da ordem do dia, para que sem mais demoras, pudesse ser votada uma proposta de recomendação à Câmara apresentada na Sessão anterior."

Presidente da Mesa:

"Uma vez que há um pedido para a existência de um período de "antes da ordem do dia" nos termos regimentais, esse período não pode ter duração superior a trinta minutos, se Assembleia assim o deliberar. Portanto, submete-se à votação da Assembleia."

Submetido à votação o pedido de "Antes da Ordem do Dia" veio o mesmo a merecer aprovação com catorze votos a favor, dois votos contra e catorze abstenções.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

António Salavessa:

"Sr. Presidente Srs. Deputados, propus independentemente de poder admitir que a Mesa deixasse para o fim da ordem de trabalhos a votação da recomendação à Câmara apresentada na Sessão anterior, entendi que era a melhor maneira de dar seguimento a esta proposta, a criação de um período extraordinário de "antes da ordem do dia" em que considero reapresentada a proposta que fiz na sexta-feira passada."

Presidente da Mesa:

"Sendo assim eu repetiria, até para quem não esteve presente, a recomendação à Câmara que é do seguinte teor:

Recomendação à Câmara Municipal

A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida em Sessão Ordinária a 13.02.98, tendo em conta as situações verificadas no Concelho no que se refere à ligação doméstica à rede de saneamento, nomeadamente:

- a) A necessidade de, em muitos casos, ser adquirido, pelos munícipes, material de bombagem.
- b) Que a bombagem representa custos acrescidos permanentes, pelo consumo de energia eléctrica.
- c) Que existem casos de evidente dificuldade financeira em suprir os custos da ligação.

Decide:

Recomendar à Câmara Municipal que proceda ao levantamento deste tipo de situações e que tome medidas no sentido de as minorar, nomeadamente nas políticas de taxas e tarifas.

Esta é a recomendação apresentada à Assembleia. Estará à discussão caso algum Sr. Deputado Municipal pretenda usar da palavra sobre a mesma."

Vogal António Salavessa:

“Eu queria saudar, mais uma vez, a atitude que é assumida por munícipes do nosso Concelho, que endereçam aos órgãos respectivos petições ou solicitações visando determinados objectivos. É o caso de vinte moradores na Rua do Ouro em Sta. Joana, que penso, parte deles, estão aqui presentes nesta Assembleia e de moradores de outros locais do Concelho, que colocam aquilo que sentem para que a Câmara lhes dê resolução ou para que esta Assembleia delibere no sentido de promover a sua resolução. O problema é muito simples, já foi citado anteriormente. As pessoas fizeram casas, licenciadas, não são casas clandestinas, e a construção determinou a construção de fossas que foram feitas de acordo com essas determinações e posteriormente o saneamento não teve em conta essa situação que existia no terreno, sendo construído o saneamento, as condutas, a cotas mais elevadas do que as fossas existentes e em muitos casos que partes das próprias habitações. Isso obriga as pessoas a terem de comprar bombas para elevação dos efluentes domésticos, nalguns casos essas bombas representam centenas de contos e além disso ficam com custos acrescidos de energia eléctrica para a bombagem permanente.

Outro tipo de situação é o das pessoas que têm dificuldades financeiras, reais, para o pagamento da ligação. A ligação custa para cima de oitenta e cinco contos, o que é mais que o salário de muitas pessoas, é muito mais que as pensões de outras, e a existência deste valor sem ter em conta, sem ter em consideração as situações reais que existem, parece-me desajustada. A Câmara deveria fazer uma reflexão acerca desta matéria, devia fazer o levantamento daquilo que efectivamente acontece no Concelho e tomar medidas na sua área específica de competência e propor à Assembleia aquelas que aqui tenham que vir, no sentido de resolver. Porque consideramos que é do interesse público, é do interesse de todos nós que haja o máximo de ligações ao saneamento e que sejam desactivadas o maior número de fossas. Portanto, não podemos ver isto com uma visão unicamente economista de os custos de ligação corresponderem aos custos efectivos que a Câmara tem com essas ligações. É nesse sentido que proponho esta deliberação, debaixo da figura, de recomendação à Câmara Municipal.”

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Luís Miguel Capão Filipe.

Vogal Victor Martins:

“Sr. Presidente, este assunto da Rua do Ouro já tinha sido levantado no ano passado e os serviços camarários já verificaram que só se consegue fazer parte do saneamento da Rua do Ouro colocando bombagem, porque há muitas casas que foram alteradas no seu projecto e as fossas estão localizadas nos quintais. Como o saneamento passa na rua principal, há distâncias de duzentos metros. Para se fazer esse saneamento é preciso demolir algumas habitações para passar a rede de saneamento. Na altura foi dito pelo Eng. Victor Silva que iriam fazer um estudo e em virtude de alguns reformados não terem possibilidades de pagarem as taxas eu corroboro com esta posição do Sr. Salavessa, é necessário encontrar um ponto para que as pessoas não sejam prejudicadas com taxas tão elevadas.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, se me permitisse eu gostaria de aproveitar esta proposta apresentada pelo Sr. Salavessa para solicitar ao novo Executivo que no desempenho da actividade que iniciou há pouco tempo se possa de facto, estabelecer um clima de diálogo entre os cidadãos, os munícipes e os órgãos autárquicos, que permitam evitar de futuro

situações de conflito e particularmente situações de grande injustiça como aquela que se nos afigura existir neste momento.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Não tinha especial interesse em me inscrever para falar sobre este ponto, mas o silêncio poderia significar que a bancada não estivesse de acordo. É para dizer ao Sr. Presidente e à Mesa e aos Srs. Deputados, que naturalmente estamos de acordo com este tipo de intervenção na Assembleia, o tipo proposto aqui, seguido aqui pelo Sr. Salavessa. Já noutra oportunidade eu tive o ensejo de dizer que considero extremamente salutar este diálogo da população com os vogais desta Assembleia. É bem que as pessoas contactem os Partidos, que se vejam representados, porque os Partidos são como o braço extensor do cidadão, para cada um exercer a sua cidadania. Entendo, portanto, que isto é extremamente louvável e estou de acordo com a substância do que aqui foi dito. Estamos de acordo, a bancada toda.”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente, só para dizer que a Câmara já teve conhecimento destas situações, não só da Rua do Ouro mas também em Azurva e, inclusivamente, já tínhamos suscitado o problema junto dos Serviços Municipalizados, primeiro para perceber porque é que estas coisas acontecem, porque é que o sistema passa a cotas que não permitem que a descarga se faça naturalmente e por outro lado, tentar avaliar o custo para as populações de fazer a ligação à rede. Estamos mesmo a equacionar, (e portanto, eu apoio inteiramente a recomendação que é feita à Câmara, ela é bem-vinda e coincide com aquilo que nós estamos a pensar fazer) inventariar as situações em causa, avaliar o custo que pode ter, ser o próprio município a suportar essa ligação e ver caso a caso se se justifica ou não, que seja o município a pagar. Portanto, a atitude desta Câmara vai ser a de averiguar e sempre que possível tentar ultrapassar a dificuldade financeira que existe.

Quereria portanto deixar esta garantia às populações que estão preocupadas com este assunto. É um assunto que preocupa as populações que têm este problema por resolver e é um assunto que preocupa os responsáveis políticos e da administração, porque foi investir dinheiro que agora não serve para nada. Portanto, vamos tentar encontrar uma solução que responda a estas duas preocupações.”

De seguida foi colocada à votação a recomendação à Câmara Municipal a qual veio a merecer aprovação por maioria de vinte nove votos a favor (7PP+12PSD+9PS+1PCP) e duas abstenções (1PP+1PS).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente, naturalmente abstive-me, dado o carácter vago e ambíguo da recomendação, bem como o carácter vago e ambíguo dos esclarecimentos aqui prestados.”

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente, eu abstive-me só por uma razão. Não estou contra aquilo que a população acha, que os interesses da Câmara também são os interesses deles, mas acima de tudo, quando se falou aqui que é bom que a população venha directa aos Partidos e a esta Assembleia, eu acho que acima de tudo, a população têm um

representante legítimo que é o Presidente de Junta de Freguesia da Vera Cruz e antes de vir a um deputado desta Assembleia para fazer esta proposta, devia fazê-la através do Presidente da Junta. Mas eu acima de tudo, também defendo a dignidade dos outros Presidentes de Junta.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, eu sinto-me ofendido pela intervenção anterior e gostava de dar resposta a essa ofensa.”

Presidente da Mesa:

“Com uma certa liberalidade é concedida.”

Vogal Henrique Diz:

“Agradeço essa sua interpretação. Sr. Presidente, eu de facto considero-me eleito pelos munícipes do Concelho de Aveiro e nesse sentido, estou aqui para os representar com todos os outros colegas que aqui estão.”

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Joaquim dos Santos Abreu e Dinis Marques

Presidente da Mesa:

“Eu quando dizia com uma certa liberalidade, permitam-me só esclarecer, é que de facto ninguém foi invocado, e de facto, não só V. Ex.^a como qualquer outro membro poderia ter o mesmo tipo de sentimento.

Ainda no período de “antes da ordem do dia” deu entrada uma Moção apresentada por cinco Srs. Deputados Municipais. Eu peço a um dos proponentes o favor de ler o seu conteúdo.”

MOÇÃO

1. O Hospital Distrital de Aveiro (HDA) é um hospital de 500 camas, servindo uma população potencial de 350.000 habitantes (Distrito de Aveiro: 660.000 habitantes) na área geográfica da capital, Aveiro e dos Concelhos ao redor. As valências médicas nele existentes, permitem classificá-lo no nível 3 (três). O serviço de urgência do HDA tem tido um crescimento de cerca de 17% ao ano, atingindo já um movimento semelhantes ao SU dos Hospitais da Universidade de Coimbra.
2. O HDA serve um pólo industrial variado e que entre 10 mil empresas estão incluídas indústrias de alto risco, um pólo universitário a chegar aos 10.000 estudantes, um porto de Mar (o que mais cresce a nível nacional) e de “pontos negros” rodoviários no mapa nacional, como o cemitério da IP5.
3. O HDA sofre de múltiplas carências no que diz respeito ao equipamento com meios técnicos e humanos para a prestação qualitativa de serviços de saúde que Aveiro merece e justifica. Ora, o cidadão aveirense, aquele que primeiro rende per capita no país, seguramente que paga para a existência na sua região (certamente que para as existentes noutras regiões já meritoriamente contribuiu) de um verdadeiro Hospital Central.
4. A região aveirense é considerada uma região “completa”, sendo a área mais procurada para o investimento nacional e estrangeiro e ocupando o terceiro lugar nos indicadores de desenvolvimento, para oferecer aquilo que de facto já oferece e em termos ditos “ europeus”, tem estruturalmente também que ser “completada” com um hospital qualificado nos cuidados de saúde que presta, sob pena de poder ser preterida no futuro por falta desta infra-estrutura básica. Tem de facto de haver a

preocupação da “colagem ao desenvolvimento que tem ocorrido em Aveiro (como a instalação do Porto, de fábricas multinacionais, da Universidade) de um hospital adequado a todo o nosso valoroso “caderno de encargos”.

5. Tem sido nos últimos dias tornado público a falta de maior número de estudantes de medicina para suprir o previsível déficit de médicos (nos últimos dez anos as universidades existentes formaram 2,5% dos actuais efectivos mas para manter o equilíbrio com os que reformam o “tur-o-over” tem de ser 30%). E tem sido opinião unanime que esse problema não deve ser resolvido com o aumento da frequência nas actuais Faculdades de Medicina, considerando-se então inevitável a criação de uma ou mais escolas médicas.
6. Sugere assim a Bancada do Partido Popular ao executivo que, com a rapidez própria das circunstâncias (outras regiões céleres já tornaram pública a sua candidatura), promova com urgência uma conciliação de vontades com as entidades competentes na matéria, para aferir da possibilidade de Aveiro se candidatar a uma Faculdade de Medicina. Lembra-se que a Universidade de Aveiro, felizmente tem capacidades ímpares, científicas e estruturais designadamente para a constituição dos três anos do ciclo básico do Curso de Medicina. Por outro lado, o ciclo clínico ao ser ministrado nas estruturas da saúde locais, constituiria um factor de desenvolvimento, e sendo a única circunstância que possa fazer evoluir a nossa estrutura hospitalar, para o sentido de um Hospital Escolar, e desse modo resolvendo-se em definitivo as múltiplas carências existentes. Isto, porque, com o lobby de Coimbra, em que os doentes provenientes da nossa região têm servido para ampliar a estatística em causa própria e justificar a existência dos meios a cerca de 60 preciosos minutos de distância, duvida-se que pelo menos a prazo, possamos evoluir para Hospital Central. Assim se saiba usufruir e prontamente, desta conjuntura única.»

Presidente da Mesa:

“A Mesa interpreta o conteúdo do documento apresentado como uma recomendação à Câmara Municipal. Sem prejuízo de esclarecer que de facto, o documento apresenta-se mal denominado. Portanto, vamos trabalhar o documento na qualidade de recomendação da Assembleia à Câmara Municipal. Creio que isso não afecta o espírito do documento apresentado.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Obrigado Sr. Presidente. Enfim, a intervenção que acaba de ser feita acho-a extremamente curiosa na medida em que estamos habituados a falar da interacção Universidade/Sociedade. E quando falamos da Universidade/Sociedade, normalmente estamos à espera que a Universidade venha junto da Sociedade dizer o que é que faz. É preciso também o contrário, que a Sociedade sugira à Universidade determinado tipo de acção.

Devo dizer que também neste caso vertente, simplesmente me quer parecer que, propôr de um momento para o outro a Câmara à Universidade, para se desenvolver lá uma Faculdade de Medicina, pode naturalmente ser uma sugestão, mas temos que pensar que a instituição Universitária tem uma estratégia e uma Filosofia para o seu desenvolvimento. Portanto, digamos que, será uma primeira aproximação, temos de contar com a estratégia e uma filosofia da própria instituição universitária e depois não percebi bem por que se diz: «há falta de apoio hospitalar». Isso é uma questão. O hospital aumenta-se, o hospital transforma-se. A Faculdade é outra coisa, é além do hospital necessitarmos de Técnicos de Saúde. Eu não sei por exemplo se não haverá

mais necessidade de Técnicos de Saúde a nível de enfermeiros ou não. Acho que isto valia a pena ser aprofundado. E digamos, de acordo que em princípio nada a opôr, pelo contrário, bem-vindas sugestões para a Universidade ter uma interacção com a Sociedade, com sugestões da Sociedade, este assunto valia a pena ser mais aprofundado que me parece ser muito rápido para se tomar uma posição sobre ele.”

Vogal António Salavessa:

“Dispensó-me de repetir considerações já traçadas pelo Sr. Deputado Britaldo Rodrigues, que subscrevo. Lembro que na Sessão anterior fiz uma intervenção um pouco mais abrangente sobre os problemas da saúde em Aveiro, que passava não só pelo Hospital mas também pelo Centro de Saúde, pela situação de outras unidades de Saúde e que fiz a sugestão, e lembro a Mesa em relação a isto porque penso que deve ser accionada a conferência de representantes para ser fixado o tema do debate do semestre, fica a sugestão de que esse debate pudesse andar à volta das questões da Saúde.

Posto isto, não tenho nada a opôr ao sentido da recomendação que foi apresentada, entendendo-a como uma contribuição para a abordagem deste tipo de problemas e que a Câmara pode desenvolver e apontar noutros sentidos.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Este documento é interpretado por esta bancada, naturalmente, como uma sugestão. Sugestão à Câmara e não só. É evidente que a Câmara deve estar na liderança dos grandes problemas municipais e este a meu ver e no entendimento desta bancada é um grande problema municipal, na vertente que é a dos cuidados de Saúde. É urgente que o Hospital de Aveiro concorra, tenha tantas valências como o de Coimbra, porque pelo que consta do documento talvez aqui se justifique mais do que em Coimbra, apesar de Coimbra ser uma escola médica por tradição e não Aveiro, mas uma coisa é a escola médica e outra são os cuidados de saúde. Os Aveirenses devem, de facto, preocupar-se com os problemas de saúde e nesse aspecto, disse eu, a Câmara está de liderança e por isso a sugestão. Mas não só a Câmara, as forças organizadas designadamente os Partidos e esta Assembleia devem estar nisso. E eu aproveito aqui, em nome desta bancada e do Partido que represento ao qual até sou candidato à presidência concelhia, para inclusivamente, pôr este Partido à disposição dos órgãos representativos do município, qualquer deles, para o debate e para troca de impressões. Estaremos sempre nessa disposição.”

Vogal Miguel Capão Filipe:

“Muito obrigado. Era só para acrescentar o seguinte: Concorde perfeitamente com o Sr. Deputado, que este assunto merece uma Assembleia à parte para aprofundar todas as questões e todas as vertentes dela mesmo. Apenas o facto de colocarmos aqui hoje esta recomendação que carece por sua vez de desenvolvimento aprofundado é uma questão de timing. Isto tudo caiu no fim da semana passada, em termos de opinião pública nacional, com pessoas importantes, inclusivamente com ex-Ministros da Saúde, com artigos de opinião no Jornal de Notícias e passados vinte e quatro horas, por exemplo, uma cidade do norte do País que já tem um hospital relativamente desenvolvido, caiu logo também nas redacções e no exercício de lobby nacional a dizer que tinha condições para receber a faculdade. Isto tudo vai agora ser uma questão de timing e de oportunidade. E só por isso a minha urgência em colocar aqui esta questão, porque às vezes é uma questão de timing e se a pessoa está à espera de determinados

factos ou determinados aprofundamentos “fomos comidos” por outras regiões e por outras situações.

Em relação à Universidade, de facto, eu tenho orgulho na Universidade de Aveiro que temos, sempre que trago aqui uma pessoa de fora vou mostrar o “Campus Universitário”, que considero provavelmente a melhor Universidade do País e por sua vez, o que verifico na minha percepção é que infelizmente o Hospital de Aveiro para progredir para um nível desejado, pela via da política de saúde, tem diferentes tipos de travões; posso inclusivamente dizer que neste momento já foi ultrapassado pelo de Viseu. É uma questão de decisão política e inclusivamente, por exemplo, o Hospital HUC neste momento é um elefante branco da saúde. Quando o hospital de S. João e de Sta. Maria construídos nos anos cinquenta, foram considerados macrocéfalos, gigantes e ingovernáveis e a política da construção hospital, em determinado tipo de países, foi para pequenas “vivendas” com departamentos para serem autogovernáveis por si só, a construção na década de oitenta de um hospital para uma cidade de sessenta mil habitantes, note-se bem, se os hospitais à volta de Coimbra crescerem, ficamos com um mastodonte a abastecer uma população de sessenta mil habitantes, o que não acontece com o hospital de S. João ou Sta. Maria, que por muito que cresça à volta tem sempre uma população de um milhão, dois milhões de utentes.

Portanto, no fim de contas em termos de política de lobby de saúde política nacional, Aveiro está numa posição incómoda e eu vejo na interface entre a Sociedade civil e a Universidade, que se calhar para fazermos evoluir o hospital de Aveiro, talvez mais pela via escolar (o hospital de S. João é um hospital central e escolar da Faculdade de Medicina) seja a maneira de contornar o lobby negativo que é exercido em termos de estruturas de saúde na nossa região.”

Presidente da Câmara:

“Sobre esta questão que eu considero importante, devo dizer, que esta manhã tínhamos andado a pensar em terrenos para o futuro hospital, porque também nos chegaram essas notícias e porque também acho que temos de andar depressa para ver se de facto há possibilidade que este hospital venha para Aveiro. Em todo o caso, como foi aqui focado, um hospital não nasce por voluntarismo, não basta que queiramos que ele venha para cá, mas também penso que não se deve afastar a ideia de ele vir para cá, só porque na estratégia da Universidade de momento não está previsto uma Faculdade de Medicina. É uma estratégia que não contava, provavelmente, com um novo dado que é este, a possibilidade de vir a ser criada uma Faculdade de Medicina e portanto, tudo isto deve de facto ser bem acompanhado e mais amadurecido, integrado no conjunto de valências hospitalares que temos neste momento e de instalações e equipamentos. Temos um Centro de Saúde e algumas unidades de saúde que ainda faltam, temos uma escola de enfermagem que está prometida e com verba inscrita para este ano, e é neste quadro que devemos situar a possibilidade de integrarmos uma nova Faculdade de Medicina em Aveiro. É evidente que esta Câmara apoiará e fará o necessário, com o vosso apoio, para que essa influência possa chegar a bom porto, se for essa a decisão do responsável.”

De imediato o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a recomendação à Câmara apresentada pela Bancada do Partido Popular, tendo a mesma sido aprovada por maioria de dezanove votos a favor (10PP + 8PS + 1PCP) nove votos contra (9 PSD) e cinco abstenções (3PSD + 2PS)

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes Vogais:

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Em nome dos elementos da minha bancada que votaram contra esta proposta, quero fazer a seguinte declaração de voto: É que penso que um assunto destes discutido em seis minutos não é credível. Penso que, inclusivamente para quem pugnar pela criação de uma Faculdade de Medicina aqui, apresentá-lo com os elementos que aqui nos foram dados, com o “estudo” que aqui foi feito, que é nenhum, não credibiliza a proposta e, portanto, pode ser contraproducente. Não tenho dúvidas da necessidade de melhores meios de saúde, até lamento que algumas vertentes do nosso hospital tenham desaparecido de cá, algumas valências, mas diria: isso é uma história - necessidade de um hospital, de um melhor hospital. A questão de com alguma ligeireza propormos a criação de uma Faculdade de Medicina pode ser contraproducente e pode tornar a situação menos credível e é por isso que votámos contra. Não, de maneira nenhuma, pela possibilidade de uma Faculdade ser necessária cá, mas há que a estudar e desafiamos a bancada do PP que fez a proposta, que o faça e que o apresente aqui para com dados concretos, prementes, meios materiais, meios humanos, necessidades de docentes e nessa altura cá estaremos e eventualmente até apoiar.”

Vogal Gonçalo Fonseca:

“Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, a minha abstenção deve-se ao facto de considerar que matérias desta natureza não se tratam com a leviandade demonstrada, embora não tivesse votado contra, porque à partida o conteúdo da recomendação tem a importância que tem para o desenvolvimento de Aveiro, embora considere que matérias desta natureza não se tratam assim desta maneira.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente, considerando que o exposto traduz neste momento apenas e só a sensibilidade do Partido Popular em sugerir à Câmara Municipal de Aveiro, que na esfera de competências que lhe foi legitimamente atribuída pelo eleitorado, este documento traduz apenas e só a sensibilidade em sugerir à Câmara Municipal de Aveiro, que em sede promova e desenvolva todas os esforços que considere necessárias com o apoio da bancada do Partido Popular, no sentido de que o que aqui se propõe ou se tem falado nos últimos dias seja de facto uma realidade. Assim sendo, desejamos de todo coração e sinceramente boa sorte nesses esforços, que estou certo a Câmara não deixará de envidar. Também considerando que a resposta da Câmara Municipal vem exactamente ao encontro daquilo que acabámos de dizer e considerando também que o sentido maioritário de voto desta Assembleia foi favorável ao documento, são três elementos justificativos plenos do sentido de voto favorável que apresentei neste documento.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, votei contra porque considero que a bancada do Partido Popular foi extraordinariamente eleitoralista num período pós eleitoral, (o que é curioso) foi extraordinariamente leviana na apresentação desta proposta que pode nomeadamente prejudicar acções da Câmara Municipal e de outras entidades do Concelho de Aveiro em favor deste Concelho e além do mais estabelece uma confusão entre o que são necessidades de cuidados de saúde e o que são necessidades de formação de pessoal médico. Eu aconselhava, se me permite Sr. Presidente nesta minha declaração, a bancada do Partido Popular a fazer um estudo aprofundado sobre a diferença entre a duas coisas.”

Vogal Gaspar Albino:

“Eu quero dizer-vos uma coisa: leviandade para mim, confunde-se muitas vezes com oportunismo. A recomendação da minha bancada teve único e simplesmente um objectivo, foi forçar a que se use da oportunidade para que mais uma vez Aveiro não saia lesada nos jogos de interesses. E se é certo que outras zonas do País se levantam e se põem em píncaros de pés para receber uma Faculdade de Medicina, eu não vejo porque é que Aveiro, tão prejudicada sempre, não se há-de pôr em cima de um escadote para chegar a esse seu fim.”

Vogal Miguel Capão Filipe:

“Eu vou ser breve. Pretendo apenas dizer que é com este tipo de posturas políticas que tornaram o país e designadamente a nossa região, permanentemente atrasado. Obviamente que ninguém é burro e o aprofundamento da questão precisa de ser feito. Mas há já que sair uma comunicação, uma imagem da nossa pretensão, em termos de competição com outros sítios. Só queria dizer isto. E de facto, esta postura política é que tem adiado este país vinte, vinte cinco anos.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa deu continuidade à agenda de trabalhos.

PONTO N.º 2 - FIXAÇÃO DO NÚMERO DE VEREADORES EM REGIME DE PERMANÊNCIA

Deliberação da reunião extraordinária da Câmara Municipal de 07-01-98; VEREADORES EM REGIME PERMANENTE: - De acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1, do art.º 45, do Decreto-Lei n.º100/84, de 29 de Março, na nova redacção dada pela Lei n.º 18/91 de 12 de Junho, o Sr. Presidente informou que, na medida em que aquela disposição legal lhe permite fixar em dois o número de vereadores em regime de permanência, designou, para o efeito, o Sr. Eduardo Feio que ficará a tempo inteiro e o restante tempo será dividido pelos Vereadores Dr. José Costa e Sr. Jaime Borges, cada um com meio tempo. Seguidamente e ainda relativamente ao assunto em questão, o Sr. Presidente aludiu à necessidade de o executivo continuar a manter em quatro o número de Vereadores em regime de permanência, considerando que o elevado número de tarefas a executar justifica a presença de mais dois Vereadores a tempo inteiro, o que é permitido por lei, pelo que formulou a proposta de a Câmara Municipal, nos termos do que dispõe a alínea d) do n.º 2 do art.º 45 da Lei n.º 18/91, de 12 de Junho, solicitar imediatamente à Assembleia Municipal autorização para o efeito, o que foi aceite, por unanimidade.

Presidente da Câmara:

“Trata-se apenas de repetir uma proposta que vem sendo hábito na última câmara e na última Assembleia Municipal, no sentido de estender até ao máximo, legalmente permitido, o número de Vereadores. Como imaginam a carga de trabalho na Câmara Municipal é enorme e há toda a vantagem em poder dispôr do número máximo de Vereadores e é portanto, por razões unicamente funcionais, que a proposta se faz.”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, Srs. Vogais da Assembleia Municipal, serei particularmente breve, até porque me cingirei a citar-me a mim próprio, (passe a imodéstia) aos vinte um dias do mês de Março de mil novecentos e noventa e quatro, quando há quatro anos, esta mesma matéria veio a esta Assembleia, na altura disse e hoje repito, “que ninguém

contestará que a Câmara de Aveiro necessita do número de Vereadores que a Lei lhe faculta, pecando apenas por esse número ser ainda limitado”. E, pelo que, votarei favoravelmente esta proposta independentemente dos seus destinatários. Muito obrigado.”

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, quanto à proposta do número de Vereadores a tempo inteiro, eu penso que é mesmo uma questão de hábito. O PCP tem nesta matéria uma posição geral para todas as autarquias, preconizando que a lei deve permitir que os órgãos executivos autárquicos disponham de todas as condições para o desempenho das competências que estão atribuídas ao poder local. Entre tais condições, destaca-se a necessidade de maiores meios financeiros colocados à sua disposição e a possibilidade de os autarcas poderem estar a tempo inteiro nas autarquias. Em conformidade com esta disposição geral, temos defendido através de iniciativas legislativas, que seja alargada a possibilidade de eleitos a tempo inteiro nas Juntas de Freguesia e da possibilidade de mais Vereadores a tempo inteiro ou parcial nas Câmaras Municipais. No caso concreto de Aveiro, se a proposta do PCP tivesse sido aprovada na Assembleia da República, a possibilidade de cinco tempos inteiros além do Presidente da Câmara existiria e não apenas quatro. Esta é a nossa posição geral. Tenho consciência, que não estamos aqui para apreciar posições gerais, mas sim para decidirmos acerca daquela que nos é remetida pela Câmara Municipal. Sobre tal proposta, começo a pronunciar-me como fez o Sr. Deputado Filipe Brandão há quatro anos, afirmando o desejo de que esta questão fosse enquadrada com a questão mais geral da distribuição dos pelouros e também o desejo de ver esclarecido quais os vereadores que o Sr. Presidente pretende nomear para os respectivos pelouros. É que se são certas algumas informações difundidas por alguma comunicação social, temos já atribuídos por iniciativa legítima do Sr. Presidente, um tempo inteiro ao Sr. Vereador Eduardo Feio e dois meios tempos aos Vereadores, Dr. José Costa e Sr. Jaime Borges, mas quanto ao destino daqueles que aqui hoje vamos decidir já surgiram hipóteses contraditórias, incluindo a de não ser integralmente utilizadas pelo Sr. Presidente, as possibilidades que hoje aqui lhe venham a ser concedidas. Não é que a posição do PCP se altere em função do destino que vier a ser dado aos dois tempos inteiros que estamos dispostos a viabilizar, mas seria interessante, seria desejável, que no quadro de relações institucionais entre a Câmara Municipal e esta Assembleia se estabelecesse uma prática de informação mais aberta do que aquela que anteriormente existia. Nessa prática de circulação de informação, não seria pouco interessante que o Sr. Presidente da Câmara nos comunicasse que medidas já tomou ou pensa tomar também, no que diz respeito a debilidades diagnosticadas no âmbito da assessoria das áreas jurídica e financeira. É por isso que defendo, logo que o quadro de distribuição de responsabilidades da Câmara Municipal esteja definido, tempos inteiros, meios tempos e pelouros, deveria ser elaborado um comunicado da Câmara dirigido à população e entregue aos membros da Assembleia, para que todos saibam quem responde por quê e quem trata do quê na Câmara Municipal. Por último, gostaria de saber, se apesar da situação financeira que nos foi colocada na reunião da passada sexta-feira, o Presidente da Câmara entende que a relação custos/benefícios, resultante da criação de mais dois tempos inteiros na Câmara, criando novos encargos de largos milhares de contos, continua a justificar esta proposta.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Muito obrigado, neste ponto estava à espera, uma vez que as actas da Câmara Municipal são actas deveras sucintas, que fosse mais desenvolvido pelo Sr. Presidente da Câmara e que pudesse comunicar à Assembleia, uma vez que o não fez na comunicação escrita nem depois na comunicação oral, que nos pudesse dar já uma visão de qual será a sua política de atribuição de pelouros e quais foram os pelouros já atribuídos, quem é que os está a desempenhar, se houve pelouros criados, se houve pelouros extintos, como é que vão ser organizadas as tarefas entre o Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores. Gostaria também de colocar uma questão no que diz respeito aos quatro Vereadores que é pedido para ficarem a tempo inteiro, que pela prática, a não ser que aconteça o que o Sr. Salavessa diz de não serem atribuídos todos os tempos, mas penso que se a Câmara os pede é porque são atribuídos, quais são então os critérios para atribuição dos tempos aos Vereadores da oposição. Comungo também da opinião do Sr. Salavessa e do Dr. Filipe Brandão, quando dizem que numa Câmara como a Câmara Municipal de Aveiro, quatro Vereadores a tempo inteiro se calhar é escasso, acho que devem ser mais. E o PSD está disposto a apoiar a atribuição de quatro Vereadores a tempo inteiro, sejam eles de que Partidos forem. No entanto, pensamos que este ponto poderá ser importante para ficarmos a saber qual vai ser a organização da Câmara Municipal.”

Vogal Dinis Correia:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou ser muito breve até porque muito do que aquilo que eu queria dizer já foi dito. É evidente, que gostaria que o Sr. Presidente da Câmara não fosse tão sintético na apresentação do tema e que de facto, explanasse melhor esta situação, nomeadamente, com os pelouros que vão ser divididos pelos Vereadores, até porque eu gostaria de saber se os Srs. Vereadores do PS vão honrar o compromisso que tomaram com o eleitorado, aceitando tempos inteiros na Câmara”

Presidente da Câmara:

“Em primeiro lugar, gostava de dizer que alguns Srs. Deputados andam desatentos, porque nós informámos nos órgãos de comunicação social, pelos meios habituais, mas de uma forma suficientemente eficaz e generalizada, a distribuição de pelouros actualmente existente. Portanto, neste momento, quem for à Câmara ou se se procurar informar, toda a gente sabe quem faz o quê e quais são as competências que estão atribuídas a cada um deles. Por outro lado, eu queria recordar também, que a competência para escolher os Vereadores em regime de permanência ou de meio tempo e fixar as suas funções e competências, é exclusiva do Presidente da Câmara. E portanto, não estou a subtrair nenhuma competência desta Assembleia quando decido fazê-lo de acordo com os meus próprios critérios e pelo contrário, estou aqui a fazer o que a lei me obriga a fazer, que é pedir a extensão para o limite máximo de tempos atribuídos.

Querida dizer-vos, apesar de tudo, que a distribuição de pelouros e de tempos e porque há trabalho para dar e vender, irá ser feita naturalmente e se a Assembleia me vier a atribuir a totalidade dos tempos que são requeridos, em função das disponibilidades das pessoas. Eu não posso estar antecipadamente a estabelecer convites a pessoas para desempenharem determinadas funções no âmbito da vereação, sem saber previamente, quantos tempos ou quantos meios tempos é que a Assembleia me vai atribuir, seria um contra-senso. Depois de saber quantos tempos é que a Assembleia me atribui e em função das pessoas que estão disponíveis para aceitar lugares, então em função das

características próprias de cada uma, naturalmente características que são pessoais, profissionais, políticas, evidentemente que eu farei esses convites.

É evidente que a situação financeira da Câmara é má, mas também é evidente que se formos só três pessoas a trabalhar ela pode piorar porque não teremos, provavelmente, capacidade, apenas os que estão neste momento, para acudir a todas as frentes. Não penso que seja um encargo, é um encargo que se for equivalente ao do ano passado não representa nenhum acréscimo de custo, é exactamente o mesmo.

Finalmente, havia aqui uma dúvida sobre se os Vereadores do PS íam manter ou não o compromisso que fizeram com o eleitorado de assumir a vereação em tempo de permanência. Eu não sei que tipo de compromisso é que está a pensar, nós somos vários e todos nós vamos assumir as funções de Vereador com tempo. Agora, em função da nova distribuição, vamos ver qual é a nova redistribuição final de tempos que se faz, mas penso que nenhum de nós, mesmo a meio tempo, faltará ao compromisso com o eleitorado.”

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, é evidente que eu sei quais são as prerrogativas do Presidente de Câmara no que diz respeito à faculdade que lhe é dada e que é da sua livre escolha e competência única, que nem sequer é delegada pela Câmara na distribuição dos pelouros e dos tempos inteiros, não tenho dúvidas nenhuma. O que peço Sr. Presidente, é o seguinte: é que entenda esta Câmara como um órgão do município, um órgão fiscalizador da acção do município, que não deve saber da actividade da Câmara pelos jornais mas sim, através destas sessões. Por exemplo, admito perfeitamente que no âmbito da comunicação do Sr. Presidente entregue à Câmara, viesse o já deliberado nesta matéria. Admito perfeitamente, que era uma solução que devia ser implementada. Portanto, deve ser praticado com a máxima frequência, não ser necessário haver requerimento através da Mesa, solicitação de informações. Mas aquilo que são os momentos principais, não é necessário que ninguém peça, deve ser a Câmara, nomeadamente o Sr. Presidente, a tomar a iniciativa de comunicar.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Sr. Presidente de Câmara, como estamos na primeira sessão ordinária, eu não vou levar a mal o facto de ter afirmado que eu estou desatento, só porque não tomei a sério aquilo que aparece nos jornais, nem a folhinha que depois me passaram com a distribuição de tarefas, que segundo dizem foi distribuída à comunicação social. E que esta Assembleia como o Sr. Salavessa já disse, tem os seus meios habituais de comunicação. É a comunicação escrita do Sr. Presidente da Câmara e os documentos que aqui nos chegam. E o que é um facto, é que não houve nenhum documento a dizer a esta Assembleia, quais foram as resoluções que o Sr. Presidente da Câmara tinha tomado, no que diz respeito à atribuição dos pelouros. Por isso, Sr. Presidente, como estamos no princípio, eu espero que as nossas relações passem a ser outras. Também lamento, mas ainda não levo a mal, que a sua não cooperação com a Assembleia Municipal no sentido de um esclarecimento profundo, tal como já aconteceu na primeira reunião e como está a acontecer nesta segunda reunião, em que o Sr. Presidente se remete à lei. Remete-se à lei e não esclarece. Tem todo o direito de o fazer, mas se calhar, se cooperasse mais com a Assembleia Municipal, talvez as nossas relações no futuro pudessem ser um bocadinho mais mornas.”

Presidente da Câmara:

“Sr. Deputado, não sei como o possa ter ofendido, porque para já disse, “aparentemente mal informado”. Se estava bem informado, poderia ter dito imediatamente sem se considerar ofendido. Não há razão nenhuma para isso. Depois, devo dizer, que eu considero os membros da Assembleia Municipal desta casa, tão munícipes como todos os outros munícipes. Eu informei todos os munícipes pelos meios que me pareceu convenientes, e o Sr. Deputado Manuel Coimbra se precisou entretanto de ir à Câmara, teve a possibilidade como todos os outros de saber qual era a distribuição de pelouros efectuada. Admito, não me custa nada conceder, que talvez tivesse valido a pena relembrar a distribuição de pelouros na minha comunicação à Assembleia mas, obviamente, não foi por o considerar menos, foi porque já o tinha feito a todos os munícipes e não me pareceu ter que repeti-la agora, foi só isso.”

Vogal António Salavessa:

“Quería formular um protesto. Quería protestar contra esta intervenção do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de nos considerar tão munícipes como os outros. É evidente, que nós somos tão munícipes como os outros, mas fomos eleitos pelos munícipes como seus representantes para fiscalizar a acção da Câmara Municipal. Que me desculpe o Sr. Presidente, mas este protesto não podia deixar de ser feito.”

Presidente da Câmara:

“Como representantes deviam estar mais atentos. Peço desculpa.”

Não se verificando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação o ponto n.º 2 da agenda de trabalhos: Fixação do Número de Vereadores em Regime de Permanência; tendo o mesmo sido aprovado por maioria de trinta e dois votos a favor (9PP+12PSD+10PS+1PCP) e uma abstenção (1PP).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Diogo Soares Machado:

“Muito rapidamente, para dizer que alterei durante a discussão a minha intenção de voto. Obviamente com esta abstenção não quero de maneira nenhuma entrar aquilo que o Executivo entende ser a melhor política para prosseguir os seus objectivos, no entanto, Sr. Presidente, e porque não me inscrevi na discussão deste tema e, portanto, não pode laborar o meu projecto, queria que a Mesa e esta Assembleia entendessem o meu voto, a minha abstenção, como um protesto contra palavras que aqui foram proferidas pelo Sr. Presidente da Câmara, nomeadamente o “não me custa nada conceder”. Relembro a esta Assembleia que o Sr. Presidente da Câmara aqui não concede nada. O Sr. Presidente da Câmara aqui, apenas e só, presta esclarecimentos que nós, no exercício de um mandato para o qual fomos plenamente legitimados pelo povo, aqui estamos a prosseguir nossos objectivos, objectivos da Cidade de Aveiro. Aqui o Sr. Presidente da Câmara não concede absolutamente nada. O Sr. Presidente tem obrigação de governar, nós temos obrigação de fiscalizar. E por causa desta e de outras Sr. Presidente, foi obrigado a alterar o meu sentido de voto. E gostaria que ficasse gravado em acta, que é única e simplesmente um protesto veemente contra palavras aqui proferidas pelo Sr. Presidente da Câmara. Muito obrigado.”

Presidente da Câmara:

“Peço desculpa ter que tornar a intervir, mas o Sr. Deputado Diogo Machado não percebeu aquilo que eu disse ou então é uma questão de português e de semântica que nos divide. É evidente, que eu não concedo nada à Assembleia, o que eu disse é que eu me concedia a mim próprio o direito de me ter enganado e ter sido pouco claro. É evidente que toda a gente percebeu, o Sr. Deputado Diogo Machado não quis perceber, foi só isso.”

Vogal Armando Vieira:

“Antes de mais, para dizer que faço esta declaração de voto em meu nome pessoal. Votei a favor, por entender que a Câmara, os Vereadores possíveis, são poucos para resolver os graves problemas que todos os dias são colocados a quem gere o Município. Mas Sr. Presidente, pedia-lhe que atentasse numa questão muito importante para nós Presidentes de Junta, que é o Vereador das freguesias. O Vereador das freguesias não pode ser uma pessoa que tenha demasiadas ocupações. Eu faço votos para que se cumpra um grande desejo que sempre tive, de que fosse o Vereador das freguesias a visitar as freguesias, sistematicamente, e não os Presidentes de Junta a terem que vir sistematicamente à Câmara pedir ao Sr. Presidente da Câmara ou aos Vereadores, o favor de nos concederem uma audiência para nós levantarmos os problemas da nossa terra das nossas freguesias. Peço-lhe pois que atente nesta questão.

Quanto à questão de estar atento ou não, é desculpável Sr. Presidente, mas também conhecer ou não a prática das coisas, também é desculpável. V. Ex.^a não conhece a prática das coisas e como tal não enviou em devido tempo o costumeiro ofício onde explicava às juntas de freguesia, quem era quem, em cada pelouro.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Votei a favor, porque naturalmente não iria deixar de facultar à Câmara os meios humanos, necessários para que cumpra plenamente com a sua obrigação de governar localmente.”

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Manuel Júlio Braga Alves.

Vogal António Salavessa:

“Votei a favor desta proposta, que permite alargar o número de vereadores a tempo inteiro na Câmara Municipal de Aveiro, independentemente da opinião que possamos ter acerca dos seus titulares. Desta forma procuramos contribuir para a existência de melhores condições para que a Câmara possa desempenhar cabalmente, sem desculpas nem subterfúgios, as suas obrigações para com os munícipes .”

Vogal Dinis Correia:

“Votei a favor por entender que, de facto, a Câmara de Aveiro necessita de pelo menos quatro vereadores (a meu ver precisava de mais). No entanto, não posso deixar de lamentar a forma como o Sr. Presidente da Câmara se dirigiu a esta Assembleia, porque qualquer membro desta Assembleia tem o direito, senão o dever, de fazer as perguntas que entender ao Sr. Presidente da Câmara. Se ele responde ou não responde, é problema dele. Nenhum membro desta Assembleia é obrigado a tomar conhecimento das deliberações da Câmara através dos jornais, então qualquer dia eu não venho às Assembleias, passo a ler os jornais e voto por correspondência.”

PONTO N.º 3 - FIXAÇÃO DO NÚMERO E DA COMPENSAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

Deliberação da reunião extraordinária da Câmara Municipal de 07-01-98; SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONSTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO: - Relativamente à constituição do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, para o mandato agora iniciado, foi deliberado, por unanimidade e por proposta do Sr. Presidente, que o mesmo continue a ser composto por três Membros do Executivo, disponibilizando-se o Sr. Presidente para assumir a respectiva presidência. Com referência aos restantes elementos, o Sr. Presidente propôs o Vereador Sr. Eduardo Feio e, seguidamente perguntou a todos os restantes Membros do Executivo, qual a disponibilidade de cada um para assumir aquelas funções. Após uma breve discussão entre todos os presentes, foi deliberado, por unanimidade, indicar para o efeito, o Vereador Sr. Eng.º Belmiro Couto. Neste sentido, e nos termos do que estabelece a alínea g) do n.º 1 do art.º 51º do Decreto-Lei n.º 100/84, na nova redacção dada pela Lei n.º 18/91, de 12 de Junho, foi deliberado, por unanimidade, que o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados fique assim constituído: Presidente - Sr. Presidente Dr. Alberto Souto de Miranda; Vogais - Vereadores Srs. Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e Eng.º Eduardo Belmiro Torres do Couto. Mais foi deliberado, por unanimidade, que a respectiva compensação seja efectuada através de senhas de presença às reuniões, de igual quantitativo ao que corresponde aos Vereadores, nos termos legais. A presente deliberação carece da aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do que dispõe a alínea o) do n.º 2 do art.º 39.º do Decreto-Lei n.º 100/84, na redacção dada pela Lei n.º 18/91 de 12 de Junho.

Seguidamente usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação do documento supra, tendo-se colocado de seguida à disposição dos Srs. Deputados Municipais para eventuais esclarecimentos.

Aberta a discussão do ponto em agenda, usaram da palavra os seguintes vogais:

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados, os Serviços Municipalizados de Aveiro, apesar de serem uma instituição do Município, dispõem de uma relativa autonomia, dispõem também de um plano de actividades próprio, embora dependente da aprovação por esta Assembleia, mas de alguma forma as áreas directamente dependentes dos Serviços Municipalizados assumem um lugar destacado entre aquelas que mais tem a ver com a qualidade de vida de todos os habitantes do Concelho: transportes municipais, fornecimento domiciliário de água, rede pública de esgotos. Nós vamos de facto definir o número de membros do Conselho de Administração do SMA e a respectiva compensação, já que a sua composição é da exclusiva competência da Câmara. Entretanto, é interessante saber que o Conselho de Administração será integralmente composto por membros da Câmara Municipal. O acto que vamos executar, penso que deve facilitar a compreensão de que a Assembleia Municipal é parte interessada na actividade dos Serviços Municipalizados e que por tal razão deve ser informada com frequência acerca da actividade destes serviços. O facto do Sr. Presidente da Câmara, se disponibilizar a assumir e ter assumido a presidência do Conselho de Administração dos Serviços, cria condições para que nas futuras Sessões Ordinárias da Assembleia, o

Sr. Presidente possa sublinhar verbalmente as questões essenciais da comunicação dos Serviços à semelhança do que fez na sexta-feira passada, em relação à comunicação camarária. Por último, seria bom que ficasse verbalmente esclarecido e penso que já o ficou no que diz respeito aos Vereadores a meio tempo, o que para alguns não é do conhecimento geral é que de facto, os vereadores em regime de permanência não auferem qualquer verba suplementar pelo facto de participarem no Conselho de Administração. Posto isto, manifesto o nosso acordo com a proposta.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Muito obrigado. Apenas para colocar duas questões ao Sr. Presidente da Câmara, através do Sr. Presidente da Mesa em exercício. A Primeira é se a situação da remuneração ou compensação dos Vereadores, é a primeira vez que acontece. Sei que está previsto na Lei, obviamente, pergunto se é a primeira vez que acontece ou não? E pergunto também porquê, no caso, se considera que a retribuição, apenas a meio tempo, é um complemento de ordenado? É que eu penso, que dizer assim as coisas desta maneira retira alguma dignidade à função que esses mesmos Vereadores estarão a desempenhar nos Serviços Municipalizados.”

Vogal Raúl Martins:

“Muito obrigado. Na continuação da intervenção feita pelo Sr. Diogo Machado e para que fique bem claro, (enfim, propôr para os outros é sempre complicado) o que eu propunha era que, efectivamente, ninguém tivesse senhas de presença nos Serviços Municipalizados, só para pôr todos em pé de igualdade e no seguimento daquilo que o Sr. Diogo Machado acaba de dizer.”

Presidente da Mesa:

“ Sr. Deputado, essa proposta transcende a competência desta Assembleia. O que é pedido a esta Assembleia (salvo melhor opinião) é que ratifique, que aprove ou não aprove a deliberação da Câmara Municipal. A Câmara Municipal tomou esta deliberação, vem aqui pedir a nossa ratificação. A Assembleia, do nosso ponto de vista (salvo melhor opinião) não tem competência para alterar aquilo que a Câmara Municipal já deliberou. Portanto, será apenas uma sugestão, mas não creio que do ponto de vista legal ela possa ter fundamento, uma vez que estamos em presença de uma deliberação já tomada pela Câmara, apenas se nos pede que nós a ratifiquemos ou não. Creio que nos falta poder legal para lhe introduzir alterações.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Sr. Presidente, Senhores Vogais desta Assembleia, eu considero importante esta ligação funcional da Câmara com os Serviços, através da Presidência na mesma pessoa. E esta importância, deriva também da importância que os Serviços têm nos problemas do dia-a-dia na vida dos cidadãos do Município, tarefas como os transportes públicos, saneamento, distribuição de águas. Claro que os executivos anteriores fizeram obra de monta nestes aspectos, mas a meu ver ficaram graves falhas (não hesito em classificar assim) em sede de transportes. O partido em que estou incluído pensa dentro em breve, organizar um trabalho acerca do que devem ser os transportes públicos de Aveiro e de como a Câmara, puxando os cordelinhos aqui e acolá, criando estacionamento ou suprimindo-os, doseando as taxas dos parqueamentos, faça uma política certa que a nosso ver há-de ser no sentido gradual de reduzir o trânsito automóvel para Aveiro, não soluções drásticas evidentemente, nós não partilhamos nunca revoluções. E dizer-se agora que os automóveis não devem caminhar para o

centro de Aveiro, imediatamente, é uma violência, seria uma revolução, não está enraizado isso nos nossos hábitos, mas penso eu que um Executivo que se preze, deve gradualmente encetar uma política, puxando os cordelinhos como disse, aqui e acolá, podendo influir aquilo que lhe é possível nesta matéria, tentar reduzir o tráfego automóvel para o centro da cidade, mas só o conseguirá fazer melhorando em substância os transportes públicos.”

Presidente da Câmara:

“Queria esclarecer o seguinte: Não é a primeira vez, que os vereadores que não estão a tempo inteiro recebem senha de presença. Queria também que ficasse claro, que nem o Presidente dos Serviços Municipalizados, que sou eu próprio, nem o Vereador Eduardo Feio que está a tempo inteiro, recebem um centavo por força da sua participação nos serviços municipalizados. Não queria que houvesse o menor mal entendido a este respeito. Muito Obrigado.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente, muito rapidamente para lembrar que no mandato anterior, um Sr. Vereador do Executivo Municipal, em regime de meio tempo, declinou as senhas de presença nos Serviços Municipalizados. Obviamente, essa proposta não foi aqui feita pela Câmara Municipal. Eu, e para que não se entenda mal, não disse e nem digo que os Vereadores não devem auferir senhas de presença. Aquilo que eu perguntei, foi única e simplesmente, se o Sr. Presidente da Câmara não entende, como eu entendo, se a retribuição aos Vereadores em regime de meio tempo, somente, não pode ser uma desdignificação do cargo, ponto um. Ponto dois, sei perfeitamente que legalmente não é possível que Vereadores a tempo inteiro auferam senhas de presença. Daí a minha concordância com a proposta do Dr. Raúl Martins, para que nem uns nem outros.”

Vogal Raúl Martins:

“Muito obrigado. É que calaram fundo em mim, as palavras do Sr. Presidente. Eu não me tinha apercebido que os dois outros membros do Conselho de Administração não poderiam receber senhas de presença e portanto, porque assim poderia parecer, a minha proposta apenas indicaria que o Sr. Vereador Belmiro Couto não receberia as senhas de presença, uma vez que os outros estão por lei impedidos de o fazer. Retiro efectivamente a recomendação, fazendo para que o Sr. Vereador Belmiro Couto, tenha meio tempo ou não tenha tempo nenhum, possa receber as respectivas senhas de presença.”

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Sr. Raúl Martins acabou de declarar que retirava a sua proposta de recomendação à Câmara. Eu faço de imediato a minha, para que a Câmara averigüe da legitimidade de ser atribuída a senha de presença aos Vereadores que estão a meio tempo, porque eu lendo os estatutos dos eleitos locais, leio: “Art.º 10, senhas de presença. Primeiro, os eleitos locais que não se encontrem em regime de permanência ou de meio tempo, têm direito a uma senha de presença por cada reunião ordinária ou extraordinária do respectivo órgão e das comissões a que compareçam”. Pode-se entender a participação no Conselho de Administração como sendo uma comissão, e se essa for a leitura, o Vereador a meio tempo não tem direito a senha de presença. Por isso, para salvaguardar a posição desta Assembleia, no que diz respeito à legalidade da deliberação que toma, é obrigatório que de facto aprove uma

recomendação à Câmara, que aprove sobre essa reserva, para que averigüe a legalidade da atribuição da senha de presença a quem esteja a meio tempo.”

Presidente da Mesa:

Srs. Deputados, salvo melhor opinião, creio que estão a ser confundidas várias questões nesta discussão. A primeira questão que nos é posta é a questão de saber se ratificamos ou não uma deliberação que tem duas componentes. A primeira componente é a composição do Conselho de Administração e simultaneamente a forma de compensação dos membros do Conselho. A segunda questão que se nos coloca é uma vez decido o destino desta deliberação camarária, ratificada ou não, se a Assembleia formula ou não algum outro tipo de recomendação sobre esta matéria. Portanto, eu iria passar à votação da ratificação da deliberação Camarária.”

Vogal Custódio Ramos:

“É uma questão, não é metodológica, é que estamos aqui a induzir em erro todas as pessoas, na medida em que estamos a dizer que vamos ratificar uma deliberação. De facto, os serviços da Câmara procederam mal quando, tal como a Câmara anterior, a vir aqui propôr que ratifiquemos. Nós não temos que ratificar nada. Nós temos é que cumprir o disposto na alínea o), que já foi citado pelo Sr. Presidente em exercício, determinando qual é a compensação e fixando o número de pessoas que nos termos dos estatutos dos Serviços Municipalizados pode ser de cinco, pode ter um ordenado para todos ou uma mera compensação por senhas. Agora, se nós vamos ratificar este texto, estamos a dizer que ratificamos que é o Belmiro Couto, que é o Manuel, que é o Joaquim, que vão funcionar. E aí é que funciona a coisa mal. Então, nós também não vamos ser mais papistas que o papa, isto é, na medida em que isto não está cem por cento bem, vamos rejeitá-la? Não, nós temos que interpretar as coisas em termos hábeis, isto é, se nós sabemos que temos a lei que é o art.º 39 da Lei 100/84, com alteração da lei 18/91, se sabemos previamente qual é a nossa competência, que é a de fixar a retribuição, que é a de fixar o número e se sabemos que é essa a autorização que a Câmara carece, aprovemo-la ou chumbemo-la e deixemo-nos de subterfúgios de andar aqui a agarrar-nos a questões de pormenor, que ratificação assim ou assado, se apanha o Eng. Belmiro Couto ou não apanha, isso é secundário e irrelevante. Por mim meus senhores, eu aprovo a proposta que está no espírito construtivo da Câmara Municipal de Aveiro, que é a de fixar em três e que é pelo regime de compensação para aqueles que não tem ordenado.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Muito rapidamente, primeiro para lembrar ao Sr. Presidente da Mesa que o Sr. Deputado Custódio Ramos acabou de fazer uma intervenção sobre este assunto e salvo melhor opinião, e que não pode ocupar o lugar na Mesa enquanto este assunto não for votado e deliberado. Ponto dois, Sr. Presidente, gostaria de perguntar se não seria possível, (como várias vezes aconteceu no mandato anterior, inclusivamente com a aprovação da bancada em que eu me insiro nesta Assembleia) pedir à Câmara que retirasse esta proposta e no seguimento da intervenção do Sr. Custódio Ramos, que nos esclareceu que a proposta não está correctamente elaborada, pedir à Câmara que retire esta proposta e que na próxima Assembleia a apresente devidamente elaborada.”

Presidente da Mesa:

“Sr. Deputado, a Mesa entende que a Câmara neste momento não tem hipótese de retirar rigorosamente nada, uma vez que já deliberou apresentá-la.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, o Sr. Deputado do PP insinuou na sua intervenção que todos nós estaríamos de acordo com atitude por ele tomada relativamente à intervenção do Sr. Deputado Custódio Ramos. Eu gostaria de esclarecer, que eu interpreto a posição do Sr. Deputado Custódio Ramos como mero esclarecimento que compete, de facto, ao Secretário da Mesa. Quando estão a ser cometidas irregularidades ou ilegalidades processuais o Secretário da Mesa tem obrigação de alertar a Assembleia. Portanto, o Sr. Deputado Custódio Ramos deveria continuar a ocupar a posição que tinha anteriormente.”

Entretanto saiu da sala o Vogal Joaquim António Gaspar Melo Albino.

Presidente da Mesa:

“Salvo melhor opinião, Sr. Deputado, não creio que estavam a ser cometidas irregularidade nem ilegalidades. A Mesa neste momento, composta por um Presidente e um Secretário, vai colocar à votação a proposta da deliberação apresentada pela Câmara Municipal”

Não se verificando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia o ponto n.º 3 da agenda de trabalhos tendo o mesmo merecido aprovação por maioria de trinta e dois votos a favor (8PP+12PSD+11PSD+1PCP) e uma abstenção (1PP)

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente, abstive-me apenas e só baseado na intervenção do Sr. Deputado Custódio Ramos, que a posteriori qualquer um de nós, Deputados Municipais, podemos consultar nas actas.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, eu votei favoravelmente a proposta da Câmara, interpretando este voto dentro dos termos definidos legalmente, isto é, o que eu votei favoravelmente foi o número de pessoas que constituem o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados e a sua forma de remuneração nos termos legais.”

Vogal António Salavessa:

“Votei a favor pelos argumentos que aduzi na intervenção, tendo em conta que a deliberação da Câmara formula a questão da compensação do modo em que submetendo-a aos termos legais, razão pela qual, entendo, que a Câmara deve proceder, de facto, à averiguação de quais são esses termos legais antes de a começar a executar.”

PONTO N.º 4 PARQUE DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES - REGULAMENTOS DE VÁRIOS CERTAMES: FEIRA DE VELHARIAS; FEIRA DO AMBIENTE, SEGURANÇA E PROTECÇÃO CIVIL; FEIRA DE MARÇO; SALÃO AUTOMÓVEL; AGROVOUGA; FARAV.

Deliberação da reunião ordinária da Câmara Municipal de 26 de Janeiro de 1998: PARQUE DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES - REGULAMENTOS DOS DIVERSOS

CERTAMES: - O Sr. Presidente apresentou ao conhecimento de todos os Srs. Vereadores, os regulamentos dos vários certames e feiras que anualmente se realizam no Parque de Feiras e Exposições de Aveiro e que mereceram aprovação pelo anterior Executivo, na reunião de 3 de Março de 1997, concretamente: Feira das Velharias; Feira do Ambiente, Segurança e Protecção Civil; Feira de Março; Salão Automóvel; Agrovouga e Farav. Nos termos do que determina a alínea a) do n.º 2 do art.º 39º do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, a presente deliberação carece de aprovação da Assembleia Municipal.

Seguidamente usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação do documento supra, tendo-se colocado de seguida à disposição dos Srs. Deputados Municipais para eventuais esclarecimentos.

Aberta a discussão do ponto em agenda, usaram da palavra os seguintes vogais:

Vogal António Salavessa:

“Considero interessante que esta Câmara nos tenha remetido sem mais considerações este conjunto de regulamentos municipais, todos relacionados com certames do recinto de feiras e exposições, aprovados em Março do ano passado, mas que não foram vistos nem aprovados na Assembleia Municipal. Com este gesto procura-se corrigir um erro, pois tecnicamente os regulamentos não estão em vigor. Este gesto de boa vontade por parte da Câmara continua a ser insuficiente. Acho que é insuficiente, porque na altura da sua elaboração estava em vigor o Código de Procedimento Administrativo e que não foram cumpridas as normas do Código para actividade regulamentar. Nenhum dos regulamentos trás uma nota justificativa fundamentada nos termos do artigo 116.º do CPA, nenhum regulamento trás indicação no preâmbulo de quais as entidades que foram ouvidas, já que as entidades representativas de interesses afectados e que existem de facto, deviam ter sido contactadas (Art.º 117), por esta razão, a não ser que a Câmara tivesse acrescentado nova informação sobre a matéria. E a informação que a Câmara nos trouxe é de que vê conveniência a abrir, agora, um período de consulta pública, quando a consulta pública devia ter sido precedente. Nestas condições, entendo que o procedimento que esta Assembleia deve ter não é aprovar para se proceder à auscultação, mas sim rejeitar para se proceder à auscultação, a não ser que se considere a criação de uma comissão da Assembleia, para em simultâneo com o período proceder a eventuais alterações nos regulamentos. Entretanto, Sr. Presidente, não posso deixar de alertar para a falta de elaboração e aprovação de outros regulamentos, que a Câmara deve fazer um esforço para saber quais são, mas eu indicava desde já as condições de utilização por terceiros do Centro Cultural e de Congressos, que não tem qualquer regulamento aprovado pela Assembleia Municipal.”

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Joaquim António Gaspar Melo Albino.

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, Srs. Vogais, logo da leitura da nota introdutória da ordem de trabalhos, que dizia que estes regulamentos tinham sido aprovados na reunião de 3 de Março de 1997, fiquei com ideia que ele padeceria dos vícios de que padeceram todos os regulamentos que vieram a esta Assembleia e que não lograram ser aprovados. Desde logo verifico, e ao contrário do que prescreve a Constituição da República Portuguesa, e conforme já alertado nesta Assembleia por várias vezes, nenhum destes regulamentos indica qual a lei habilitante ou qual a lei que visa regulamentar. Neste

caso é uma Lei habilitante, é o 100/84, como vossa Ex.^a saberá, mas desde logo impede que pudessem ser aprovados tal qual está, porquanto padeceria desde logo desse vício. O Sr. Salavessa indicou duas soluções, eu indicaria uma terceira. É perfeitamente possível e acho desejável (aliás, a própria forma como, penso, o Presidente de Assembleia redigiu a convocatória terá dado aso a esta situação porque, de facto, se confrontar-mos o ponto n.º 4, não vem qualquer aprovação ou votação sobre esta matéria, vem sim, Parque de Feiras - Regulamentos) que é, que eu entendo que é possível fazer e permitir-me-ão, (penso que estaria no entendimento do Presidente da Assembleia) ao contrário do que o Sr. Salavessa indicou, não creio que é a Câmara Municipal que tem que promover a discussão pública. O C.P.A. é claro, é o órgão de competência regulamentar, no meu entender o órgão com competência regulamentar do município é Assembleia Municipal. É certo, também, que o C.P.A. determina que a consulta pública será feita com base em lei a regulamentar, que ainda não foi publicada. Assim, eu proporia à Mesa da Assembleia o envio para inquérito público, por um prazo de trinta dias, durante o qual todos os munícipes eventualmente afectados, teriam a possibilidade de se pronunciar e aduzir sugestões a este regulamento, entretanto, também nesse período seria feita essa pequena correcção formal da valia do próprio diploma e, portanto, obviaria a discussão hoje, seria remetido para inquérito público e no termo desse inquérito público seria trazido aqui para aprovação ou rejeição.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, eu devo dizer-lhe que a intervenção dos Srs. Deputados anteriores permitiu, certamente, poupar algum do trabalho que nós tínhamos. De facto, não nos parece lógico que a discussão pública de um documento se faça seguidamente a uma decisão desta Assembleia, pensamos que deve ocorrer precisamente o contrário. E em segundo lugar, gostaríamos também de acrescentar, que nos parece mais lógico, dado a semelhança existente entre os diversos regulamentos que aqui nos foram submetidos, que haja apenas um regulamento geral de Feiras e Exposições, que tenha anexo as variações respeitantes a cada uma das Feiras. Parece-me ainda importante, que documentos emanados dos órgãos autárquicos sejam escritos em português correcto, não contenham de forma nenhuma nem as repetições nem as omissões e que por outro lado sejam inconsequentes em algumas afirmações. Portanto, eu penso que nós devíamos aprovar o envio para discussão pública dos regulamentos existentes, fazer o acompanhamento da discussão pública por uma comissão emanada desta Assembleia, no sentido de recolher sugestões e procurar então, com base nisso, elaborar um regulamento único com os anexos respectivos que sejam específicos de cada uma das actividades.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Quase prescindia do uso da palavra, porque eu iria repetir no essencial o que disse o Dr. Filipe Brandão. Estou de acordo com essa metodologia de facto. Agora a bancada do PSD trouxe aqui um argumento adicional. Eu não concordo com um regulamento único, aparentemente daria unidade, mas há vários participantes em feiras que normalmente não vêm a outras, os regulamentos são específicos para aquele tipo de feirantes. Portanto, não há necessidade de agora estar a dar uma colecção de regulamentos num diploma só, pode-se perfeitamente facilitar a tarefa de leitura e eficiência, distribuindo pelos feirantes tipo de cada feira o regulamento que lhe é próprio. Portanto, eu noto alguma vantagem nesta forma fraccionada dos regulamentos.”

Vogal Virgílio Nogueira:

“Sr. Presidente, penso que só se pode entender o todo pela análise das suas partes. Daí, que me reporte somente ao caso da Farav. É uma constatação empírica aquela que nos diz que o artesanato é um dos promotores e um dos garantes da nossa idiossincrasia. Fala-nos o artesanato dos tempos de antanho, das rotinas e dos procedimentos de outrora. É interesse lúdimo da autarquia (no meu entender) dar futuro ao passado e para isso precisamos de proteger e incentivar o artesanato local e os artesãos Aveirenses. E se para já o nosso município não possui uma política coerente de apoio aos artesãos Aveirenses e ao artesanato aveirense, proponho que ao abrigo da alínea f) do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal de Aveiro, se constitua uma comissão que aprecie com minúcia e exaustão o regulamento da Feira de Artesanato de Aveiro, vulgo Farav, porque a proposta de regulamento apresentada não defende clara e concretamente o artesanato e os artesãos Aveirenses.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Muito obrigado, em primeiro lugar para corroborar em absoluto as palavras do Dr. Filipe Brandão, entendo que é claramente o procedimento adequado a seguir neste caso. Em segundo lugar, para pegar naquele que foi o embrião da proposta aqui apresentada pelo Sr. Salavessa, dar-lhe mais algumas semanas de gestação e se calhar torná-lo num feto. Ao contrário do que aqui foi proposto pelo Sr. Deputado Virgílio Nogueira, eu penso que, obviamente, o regulamento da Feira de Artesanato tem claramente que ser analisado, mas todos os outros também têm. Eu atrever-me-ia a fazer uma proposta à Assembleia, atrever-me-ia a estender a sugestão ou a proposta, do Sr. Deputado Virgílio Nogueira, em relação à Feira do Artesanato, concretamente, para o todo. Ou seja, pegando na análise da parte e pegando no que de positivo que tem a proposta do Sr. Deputado Virgílio Nogueira, estendê-la a todo o conjunto de regulamentos.

Até porque, Sr. Presidente, e a título de exemplo, pegando numa outra parte, também na Feira de Março eu penso haver necessidade pelo menos de conversarmos, de nos sentarmos a uma mesa e discutirmos, analisando o que se passa a nível nacional em termos de feiras e exposições deste cariz, nomeadamente, no que se refere aos preços praticados nos “stand’s” de exibição, dentro de portas, ou seja, dentro dos pavilhões da Feira de Março. Estes preços são baixos e com preços baixos não se consegue transmitir qualidade exibiçional a nenhuma feira ou a nenhuma exposição. Termino já, dizendo, que há mais um motivo suplementar ou complementar daquilo que estou a dizer, é que, fazendo eu parte dos corpos directivos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aveiro, (Bombeiros Velhos) e registando com enorme apreço e com alguma emoção até, a decisão do Sr. Presidente da Câmara e do Executivo no seu todo, em aumentar a participação com as entradas da Feira, às corporações de bombeiros da cidade e do Concelho de Aveiro, eu acho que era de todo interessante nós podermos contribuir de alguma forma positiva para que a qualidade exibiçional da feira de Março e de outras, mas nomeadamente da Feira de Março, e dessa forma pudéssemos trazer mais visitantes e dessa forma tão simples os bombeiros pudessem receber mais algum.”

Presidente da Câmara:

“Rapidamente, sobre esta questão dos regulamentos, eu gostava de deixar claro uma coisa: A minha preocupação foi a de que, rapidamente, se ultrapassasse a situação de irregularidade em que neste momento são organizadas as feiras e gostava que todos tivessem isso presente. Da leitura que fiz da lei, parece-me claro (e gostava de vos chamar aqui atenção de algumas portas abertas que a lei deixa), de que não é necessário para que os regulamentos possam ser validamente aprovados a submissão ou audiência dos interessados ou a apreciação pública. A lei diz claramente, que o órgão com competência regulamentar deve ouvir em regra (ou seja, às vezes pode não o fazer), sobre o respectivo projecto, nos termos definidos em legislação própria, quando existir, (e no caso das nossas feiras ela não existe) as entidades representativas. Portanto, em termos legais nós não estávamos obrigados a fazê-lo. Seja como for, eu acho que os regulamentos podem ser melhorados, a nota justificativa é sucinta demais, (também estou de acordo com isso) em termos de política pode ser desejável submetê-lo à consulta pública, ainda não é tarde demais porque a Feira de Março é só a vinte cinco, portanto eu também estou de acordo a que se proceda a essa consulta pública. ”

Vogal Henrique Diz:

“Um esclarecimento, que tinha a ver com a questão de um regulamento versus múltiplos regulamentos. Uma leitura atenta dos regulamentos que nos foram submetidos para apreciação, permite verificar que existem imensos pontos de sobreposição, o que facilitaria imenso a tarefa de elaboração de um regulamento único, com anexos legislativos relativos a cada uma das feiras. Não traria isto qualquer sobrecarga de informação para os interessados, uma vez que eles receberiam o regulamento que já têm de qualquer das maneiras, e o anexo que lhes dizia respeito. Por outro lado, penso eu, juntava num único diploma tudo o que era regulamentação de feiras, regulamentação geral de feiras.

Segundo ponto, gostaria apenas de dizer o seguinte: Das duas uma, ou nós optamos pela discussão pública ou não optamos. Aquilo com que eu não concordo, é que haja uma discussão pública posterior à aprovação por esta Assembleia (peço imensa desculpa). Quem tem que aprovar é esta Assembleia, não vamos fazer o que outras entidades estão a fazer, a outros níveis, com os resultados que a gente espera.”

Entretanto saiu da Sala o Vogal João Alberto Simões Barbosa

Presidente da Mesa:

“Creio que a intervenção do Sr. Deputado Henrique Diz é uma questão de técnica legislativa. Foi sugerida uma comissão que pode estudar esse assunto. O Sr. Presidente da Câmara, segundo pude deduzir, não evidenciou nenhuma oposição de princípio a essa metodologia e uma vez que foram sugeridas várias propostas, nós suspenderíamos os trabalhos por dez minutos, pedindo a quem tem contributos, para tentar apresentar uma única proposta que nos facilite o trabalho e que nos evite, enfim, maiores perdas de tempo.”

De seguida foram interrompidos os trabalhos por um período de dez minutos.

Reiniciados os trabalhos, foi apresentado à Mesa da Assembleia uma proposta de deliberação subscrita pelos Senhores Deputados Filipe Brandão, António Salavessa, Henrique Diz, Diogo Soares Machado e Virgílio Nogueira, do seguinte teor:

“ PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Tendo presente o conjunto de projectos de regulamentos apresentados pela Câmara Municipal sob a designação genérica “Parque de Feiras e Exposições - Regulamentos dos Diversos Certames”, a Assembleia Municipal delibera:

- 1. Que seja aberto um período de consulta pública de trinta dias dos projectos de regulamentos, com audição dos interessados.*
- 2. Que seja criada em simultâneo, uma comissão da Assembleia Municipal, com até dois representantes das diversas forças políticas, comissão que procederá as Auscultações necessárias à integração dos resultados da consulta pública e à redacção final dos projectos a apresentar à Assembleia.*

A seguir o Sr. Presidente da Mesa submeteu a proposta de deliberação à votação do plenário para admissão, veio a mesma a ser aprovada por unanimidade.

Aberta à discussão não se verificaram intervenções.

De imediato, o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a “Proposta de Deliberação” apresentada, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

PONTO N.º 5 - PROTOCOLO “EUROPA DOS PEQUENITOS” - RATIFICAÇÃO.

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Se bem se recordam, dois meses antes das eleições este protocolo foi assinado com pompa e circunstância. Acontece, que quem ler o artigo 7.º, apercebe-se que ele nada vale antes da sua ratificação por esta Assembleia Municipal. Portanto, por esse aspecto jurídico e por outro lado, porque eu considero e esta Câmara também considera, que se trata de um bom investimento para Aveiro que vai permitir requalificar toda aquela área, construir ali um parque lúdico, um parque temático, que devolva a fruição aos Aveirenses de uma área que neste momento deixou de ter utilização, que vai atrair à cidade milhares e milhares de visitantes, considero que é em si um bom projecto para Aveiro. É evidente que é um projecto complicado, ambicioso, complexo, e que depois da ratificação ter sido feita haverá todo um processo de aperfeiçoamento de afinamento de obrigações das partes. Portanto, ponho à vossa consideração a necessidade e a vantagem em o ratificarmos hoje.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero manifestar antes de mais o interesse que nos parece ter o projecto “Europa dos Pequenos”. Não temos dúvida nenhuma, em termos genéricos, de considerar que é um bom projecto, no entanto, devo dizer o seguinte: Compreendo que há, digamos, o passado poder autárquico que tem muito interesse neste projecto, o presente, também, pelos vistos (está escrito no relatório do Sr. Presidente) deu-lhe particular atenção, também tem interesse bastante nisto, portanto o actual poder autárquico, eu diria que o futuro poder autárquico está mais livre para analisar este assunto, que somos nós. E dizer o seguinte: É que se não nos merece dúvidas o projecto, temos dúvidas sobre o local onde ele se vai implantar e o seu modo de implantação. Aquilo que vou dizer, de facto, fundamento-me no relatório do Sr. Presidente da Câmara, fundamento-me de alguns complementos que solicitei aos serviços de apoio desta Assembleia, porque havia alguns anexos que não me tinham chegado às mãos, e não me fundamento em mais nada. Agradeço que não me venham dizer que estou mal informado por não ter lido algum jornal. Porque se essa prática passa a ser a constante desta Assembleia, começa a ser complicado, eu terei de às tantas pedir ao Sr. Presidente da Câmara que me indique quais são os órgãos de

comunicação social que melhor transmitem o seu pensamento, para passar a lê-los atentamente como diário oficial.

Começamos por verificar que existe um plano de pormenor da área que está a ser executado pela JAPA. Eu penso, que antes de nós aqui ratificarmos este projecto conviria saber, de facto, se existe já esse plano de pormenor da JAPA e não ao contrário. E se já existe, se de facto nos é facultado. Não nos compete a nós estar a ratificar algo no local sem saber qual é sua envolvente. Eu vou caricaturar, obviamente que não é isto que acontece, mas caricaturando e levando a um extremo, imaginemos que nós íamos autorizar algo que em volta ia ter uma lixeira, por exemplo, não faz sentido nenhum, não será isso. Mas interessa-me saber, qual é o plano de pormenor antes. Por outro lado, eu também gostaria de ter a certeza que aquela área já está desafectada da REN, devemos ter a certeza que está, possivelmente estará, não sei. Mas, o que é dito neste documento que nos foi dado, o próprio documento nos diz aqui, que é uma zona sensível. Que é que isto quer dizer, uma zona sensível? Uma zona sensível que já era e é, sob o ponto de vista ecológico. Então nesta zona sensível, vamos pôr a “Europa dos Pequenitos”, um hotel, parques de estacionamento, bomba de gasolina, restaurantes, bares, lojas, etc. ? Foi o que eu li. E isto é uma zona sensível, além ainda mais do pavilhão da Cidade de Aveiro, incluindo para isto a necessidade de aterros e terraplanagens. Além disso, esta zona tanto quanto eu sei, é uma zona sensível porque é considerada uma ZPE, isto é, uma zona de protecção especial para aves. E é de tal forma importante a nível da comunidade europeia, que, atenção, que quando foi apresentado um pedido de financiamento à DG11, para instalar o interceptor geral da SIMRIA, foi pedido um estudo de incidência ambiental, e exactamente passa na IP5 ao longo desta área. Esse estudo de incidência foi necessário, porque a União Europeia o exigiu da SIMRIA. Bem, o que é que acontece? É que a área onde isto se vai implantar não é suficientemente grande para por lei se pedir um estudo de impacto ambiental, simplesmente tanto quanto sabemos a DG11 está com muita atenção a esta zonas húmidas, para que não suceda que hoje vai um bocadinho porque não precisa de estudo, depois vai outro ao lado e outro ao lado, e às tantas as zonas húmidas vão desaparecendo. Portanto, mesmo que não seja necessário (é claro se pedirmos financiamento à União Europeia vai ser necessário sem dúvida, já vimos pela SIMRIA) se não pedirmos, podemos ir fazendo e podemos ir desacreditando, isto é, num futuro a DG11 terá grandes dúvidas em relação àquilo que andamos por aqui a fazer e não conviria. Depois, ia eu dizendo, que dada uma situação desta ordem parece-me que um estudo de incidência ambiental. É fundamental nesta situação. Porquê? Há vários aspectos, também até, sob o ponto de vista do impacto visual. A Cidade vai passar a ter um impacto visual diferente. E todos nós aqui, enfim, somos Aveirenses, temos amor a Aveiro, à Ria, e todos temos dito que estamos voltados para a Ria. E queremos estar voltados para a Ria, mas estar voltados para a Ria não é cair encima da Ria a pés juntos, há uma certa diferença. Portanto, eu penso que o estudo de incidência ambiental é fundamental antes de uma ratificação. Mas penso também que um estudo de uma incidência económica, porque de facto, se nós olharmos para aquilo que é pedido à Câmara neste documento vimos que: é solicitado à Câmara para dar um terreno com a área de 7,8 ha, outro com a área de 3,8 ha, depois temos redes principais de abastecimento de águas, saneamento, electricidade, temos de fazer os arruamentos de acesso, ainda movimentos de terras necessários para o enchimento e terraplanagens da zona, depois a Câmara Municipal compete-lhe viabilizar (eu não sei bem o que isto quer dizer) um parque temático com um hotel de volumetria compatível e um posto de abastecimento de combustíveis, tem de conceder isenções para um parque de estacionamento, restaurantes, bares, lojas, etc. Temos, inclusivamente, de construir o

pavilhão da Cidade de Aveiro e efectivamente o que é fica para a Fundação Bissaya Barreto, algo fica, naturalmente, mas eu pergunto se às tantas é necessário ter um protocolo com a Fundação Bissaya Barreto se nós fazemos isso tudo. Isto é, não valerá a pena ver quais são as mais valias que vêm da Fundação Bissaya Barreto e fazer um estudo de incidência económica para verificar se nós não podemos fazer isto? É porque depois eu desconfio de rebuçados que me dão. Há aqui um rebuçado que é nitidamente rebuçado porque não é praticável. Quando se diz que a Fundação Bissaya Barreto compromete-se ainda a admitir prioritariamente para o funcionamento da “Europa dos Pequenitos” pessoal oriundo do Concelho de Aveiro, isto é um rebuçado impraticável, isto é anticonstitucional. E na Europa em que há liberdade de movimentos, ninguém se pode proibir de um país para o outro ser empregado por ser de outro país, quanto mais aqui dizer, que um indivíduo de Águeda já não pode vir para cá, tem de ser oriundo daqui do Concelho. Isto é um presente envenenado, não se pode praticar. Portanto, tenho de facto, primeiro lugar, acho que o projecto é de grande interesse, não sei se precisamos da Fundação Bissaya Barreto para o fazer e acho que antes da aprovar, devemos estudar com calma e fazer um estudo de incidência ambiental e um estudo de incidência económica.”

Entretanto saiu da sala o vogal António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

Vogal António Salavessa:

“Embora por razões laterais, já estive em discussão nesta Assembleia no mandato anterior este assunto da “Europa dos Pequenitos”, quando tratámos da aquisição dos terrenos necessários. Aquisição que o PCP subscreveu, sem que tal significasse o apoio ao projecto, aliás, continuamos a pensar que se tratou na altura da assinatura do protocolo, de uma operação claramente pré-eleitoral, já que o protocolo contém cláusulas tão desfavoráveis para o Concelho, que a Câmara anterior, tendo assinado o protocolo a vinte cinco de Outubro e sendo explícito que tal protocolo teria que ser ratificado pela Assembleia Municipal, o CDS/PP não agendou a sua discussão, o que só agora acontece. Queria afirmar primeiro que tudo, que o PCP não tem nenhuma razão de fundo contra o projecto, a ideia tem alguma atracção, pode ser do interesse de Aveiro a criação deste espaço, mas nos termos em que as coisas nos são colocadas não podemos ser defensores desta iniciativa, a começar pela localização. Acho que tudo seria mais simples e pacífico se a instalação fosse feita noutra local e não ali onde está previsto, por razões várias, nomeadamente, a dependência de aprovação superior para um plano de pormenor. Diz-se, na introdução do protocolo, que o PDM define para esta área, equipamento de lazer ligado à Ria com o objectivo de tratar a zona portuária e dotar a cidade de uma zona de lazer qualificada, para garantir a qualidade da paisagem tendo em consideração a sensibilidade da área. Mas, o que o protocolo não diz é que o PDM reconhece a zona como integrante da reserva ecológica nacional, só podendo acontecer a exclusão da reserva, mediante a execução de um plano de pormenor a ratificar superiormente. Aliás, aqui está o regulamento do Plano Director Municipal de Aveiro, que prevê para toda a área entre o Canal das Pirâmides e a zona portuária, uma área de intervenção que no mapa está referenciada com o n.º 82, e é sobre esta área que é expressamente citada no que diz respeito às zonas de salvaguarda estrita do regulamento do Plano Director Municipal. Portanto, no art.º 44º do regulamento do Plano Director Municipal n.º 2, diz: as exclusões das áreas delimitadas na planta de ordenamento, como plano de pormenor da zona adjacente ao porto comercial terminal sul, PP da área de desportos da Ria, e é esta unidade de planeamento, serão efectuadas mediante plano de pormenor a ratificar superiormente e

ouvidas as entidades com competência na matéria, de acordo com a legislação em vigor. Quer dizer, o que esta Assembleia aprovou, quando aprovou o Plano Director Municipal, foi uma unidade de intervenção de planeamento, para a qual seria feito um plano de pormenor (e um plano de pormenor obedece a regras estabelecidas) não sei porque forma é que a Câmara e Fundação Bissaya Barreto, conseguirão dar a volta a esta situação, porque por muito que se diga que a JAPA está a fazer um plano de pormenor, esse plano de pormenor precisa da aprovação desta Assembleia, como independentemente da ratificação do protocolo, esse plano de pormenor terá de vir a esta Assembleia e terá de depender de ratificação superior.

Querem-nos transmitir a ideia que a construção da “Europa dos Pequenitos” foi devidamente pensada, matutada, projectada. Não é verdade, a “Europa dos Pequenitos” não estava nem no Plano de Actividades, nem no Plano Estratégico da Cidade, nem o Sr. Prof. Celso informou a Assembleia no momento em que se chegava a acordo com a Fundação. Portanto, é um projecto que caiu inesperadamente em cima de nós, sem que a comunidade o tenha efectivamente discutido. É chegado hoje o momento de decidir, a informação do Sr. Presidente torna claro que o Sr. Presidente e a Câmara o subscrevem nos termos firmados no mandato anterior de maioria CDS/PP, mas com o apoio dos outros Vereadores, o significado do envio à Assembleia corresponde a dizer que prescindem de o renegociar. O que sendo verdade não deixa de ser estranho, pois por muito que se queira o desenvolvimento de Aveiro e que se acredite na “Europa dos Pequenitos”, os termos do acordo são no seu conjunto desequilibrados, em favor dos interesses do Município. Eu faço minhas as questões colocadas pelo Sr. Deputado Britaldo Rodrigues, no que diz respeito à generosidade da Câmara, a tudo aquilo que a Câmara tem que fazer, aquilo que tem que viabilizar, nomeadamente o Hotel e o posto de abastecimento de combustíveis e sublinho, que tanto o Hotel como o posto de abastecimento de combustíveis, poderão logo ser construídos e concessionados de imediato a terceiros, quer dizer, é a Fundação Bissaya Barreto quem vai buscar as mais-valias da entrega a terceiros para exploração do hotel, do posto de abastecimento e isentos pela Câmara das respectivas licenças, portanto de tudo aquilo que seria valores a entrar na Câmara. Portanto, também aqui deixaria a pergunta: em que estudo é que a Câmara se baseou para oferecer tanto, a quanto montam os gastos directos e indirectos da câmara, quanto é que a Câmara vai deixar de receber pelas isenções que está previsto conceder e outras benesses? É que estamos perante uma enormidade de gastos directos e benefícios vários, concedidos a um projecto que bem vistas as coisas, pode ser visto do seguinte modo: as pessoas vêm pelo IP5, visitam a “Europa dos Pequenitos”, dormem no hotel, atestam o carro no posto de abastecimento e aí vão eles outra vez pelo IP5, sem sequer visitar Aveiro. Porque não precisam de visitar Aveiro, porque Aveiro tem um pavilhão. E é isto que é inaceitável, Sr. Presidente. É inaceitável, que a Câmara tendo dado tanto e ainda tenha de construir o seu pavilhão para estar presente no parque. Acho isto absolutamente inadmissível. Como já disse noutra local, é perante tanta sovínice não vale a pena ser generoso. Este protocolo é mau, deve ser renegociado e não estarei de acordo com a sua aprovação se não houver renegociação.”

Entretanto deu entrada na sala o vogal João Alberto Simões Barbosa.

Vogal Gaspar Albino:

“ Mais do que as objecções que foram até agora tecidas, importa-me talvez, invocar aqui uma coisa de que também eu tenho conhecimento. A Fundação Bissaya Barreto, antes de abeirar da Câmara Municipal de Aveiro, terá procurado ao longo da área da

sua influência, definir um local onde pudesse implantar esse seu projecto. Não sei se alguma vez a Fundação Bissaya Barreto terá descido ou subido a esse acto de quem dá mais. Mas o que me importa é dizer isto: é que quando fizeram o levantamento para a implantação do seu projecto, independentemente das forças políticas que se movimentaram e algumas mesmo radicadas junto à sede da Fundação, a verdade é que a Fundação contra águas, contra ventos, optou pela implantação aqui, independentemente de saber se a Câmara viria ou não a outorgar este acordo. Eu não deveria aqui chamar à coacção este facto, eu sou amigo pessoal de Egas Nascimento, de tempos idos. E tive acesso a alguma informação que não me importo agora de tornar pública, até porque ele posteriormente em entrevista que veio nos jornais (e eu ainda nem sequer pensava vir parar a esta Assembleia Municipal quando soube disso) dizia isto: atendendo aos requisitos do projecto, Aveiro (independentemente das forças políticas que lutaram para o ter) é o que objectivamente reúne maior número de qualificações para o receber. Isto, obrigar-me-ia a desconfiar da bondade da oferta, mas não me parece assim ser uma bondade de que se tenha de desconfiar tanto, porquanto o mérito da implantação (e eu não acredito que alguém que se abeire do “Portugal dos Pequenitos” não deixe de vir à minha terra, não acredito nisso) acho que poderá vir a constituir um cartaz muito válido para esta terra, este projecto. E julgo que quando se fala em projecto sensível ou a implantar numa zona sensível, para além das valências de natureza ecológica ter-se-á ou será decorar a sensibilidade da zona em termos urbanísticos, em termos arquitectónicos e isso terá de ser remetido para uma fase posterior. O que está é o que está escrito, bem ou mal. Eu por mim enquanto Aveirense, acho que nos veio parar à nossa terra um projecto em si mesmo válido, independentemente das questões de natureza ecológica, de natureza ambiental, que se possam pôr e julgo que elas já foram apuradas antes, elas já foram muito ponderadas antes, antes mesmo da Fundação Bissaya Barreto ter vindo para o terreno, terá sido medido com muito cuidado todo o passo que foi dado até chegar a esta fase. Eu pessoalmente (e não falo em nome da bancada onde me integro) nada tenho a opor ao pedido que nos é feito, literalmente nada.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados, a proposta tal qual nos é feita, eu devo confessar que é um pouco carente. Carente, no meu entender, de quê? Primeiro, de pareceres de entidades ligadas à reserva, própria do meio em que o parque pretende situar-se. Carente também, de um estudo económico procurando contabilizar os custos para a autarquia e os benefícios que a Fundação Bissaya Barreto terá de suportar. Não sei se de facto esse estudo económico existe, custa-me a crer que não exista e que a Câmara, esta e a que antecedeu, tenham partido para as negociações sem de facto esses estudos existirem. Portanto, tenho para mim como postulado, que esses estudos existem e que a Câmara actual e a anterior se desenvolveram as negociações é porque entenderam por bem desenvolvê-las. De qualquer maneira eu reitero aqui a afirmação anterior de que seria importante que esta Assembleia Municipal estivesse na posse de esses dados para análise do problema, disso não há a mínima dúvida. Agora, o que eu reputo de importante é que, aquele local que pelo Plano Director Municipal está vocacionado para zona de lazer seja aproveitado, quer dizer, se acolha com ambas as mãos e com toda a vontade este projecto. Uma outra nota importante é que vai criar um estabelecimento hoteleiro, que é uma outra carência importante da cidade de Aveiro. Eu até recordei que vi com alguma mágoa, quando da aprovação do PDM, não se tivesse aproveitado uma zona que havia ali na parte da Forca-Vouga para a instalação de um hotel que se previa fosse um hotel de luxo. É uma infra-estrutura que faz falta na

Cidade de Aveiro. Recordo que não se fazem muitas iniciativas que envolvam muitas pessoas, pela falta de instalações hoteleiras; há pessoas que fazem aqui congressos, desviam-se daqui para Braga porque no território intermédio não há outro sítio onde existam unidades hoteleiras para albergar muita gente, portanto é importante que se desenvolvam unidades hoteleiras nesta região, ali vai-se criar uma unidade hoteleira. É claro que isso, provavelmente irá ter algum impacto ambiental, não há bela sem senão, não se pode querer sol na eira e chuva no nabal, mas ponderando todos esses interesses eu creio que este projecto é muito válido e nós não devemos encetar qualquer iniciativa de o rejeitar. Portanto, devemos aproveitar essa iniciativa e aprovar aqui o que nos é proposto.

Eu aproveitava esta oportunidade para referir um outro aspecto que lhe é conexo. O Partido Socialista, na sua campanha eleitoral para estas eleições autárquicas, aludiu ao sal, procurou recuperar o sal. Eu tenho opinião pelo que ouço de quem está envolvido nisso, que o sal como actividade económica, infelizmente, as marinhas de sal com a exploração tradicional que tem sido feita, está votado ao insucesso. Aí o PS ao fazer essa proposta, creio que claudicou e nunca irá realizar, embora eu gostasse de ter opinião diferente, nunca irá realizar essa sua proposta ao eleitorado. Mas, naquela zona, pode muito bem fazer aquilo que se chama um museu do sal, um museu vivo, que tenha algum aproveitamento económico e que se integre também naquela zona de lazer. É importante que se faça isso. Creio que a Câmara anterior deu alguns passos nesse sentido adquirindo algumas marinhas que teria em vista isso. Isto tudo articuladamente, a Câmara também não pode fazer grandes flores, é evidente, precisa de meios, mas avizinha-se a regionalização (oxalá nunca venha) eu penso que a Câmara pode atrair a si, para poder sustentar isso, todos esses luxos, como contrapartida de algumas cedências que tenha de vir a fazer na importância como tem como capital de um Distrito. Se realmente o Distrito vier a ser despojado dos concelhos a Norte (isto como se diz na tropa, ninguém pode ser despromovido) a Cidade de Aveiro, as forças vivas, tem de trazer para aqui compensações porventura também nesse âmbito.”

Vogal Miguel Capão Filipe:

“Muito obrigado. Antes de mais, começava por me regozijar com este facto e só tenho pena de não ter contratado a fanfarra de S. Bernardo, para ser mesmo com pompa e circunstância. Nós somos mesmo das poucas zonas nacionais, que nos podemos orgulhar, que de certo modo a Europa em certos aspectos, já tem que se adaptar a nós e não nós em relação à Europa. Pelo que a “Europa dos Pequenitos” no Portugal dos Grandes, não tenhamos dúvidas, que é a localização preferível. Eu não me lembro no último milénio termos vitórias tão significativas como esta em relação a determinados lobbys instalados, talvez apenas quando ganhávamos no encontro de futebol Beira-Mar/Académica. Esse tipo de lobby, mal ocorreu a aprovação deste facto, dos poucos argumentos que teve contra a consumação deste acto, foi invocar questões ambientais. E havia um funcionário do ambiente da CCRC, que em abuso das suas funções, prestou determinado tipo de declarações no sentido de ainda e através deste expediente tentar a sua não aprovação na região de Aveiro. Fico de facto triste, por ver nesta Assembleia a ser usado o mesmo tipo de argumento, o que poderá pensar-se que Aveiro com amigos destes escusa de ter inimigos. De facto, penso que este tipo de iniciativa deve ser aprovado e depois então é que deve vir a tal calma para o aprofundamento. Quando nós queremos fazer algo por Aveiro e vemos aparecer opiniões, calma tem que se aprofundar, aprofunda-se, tenham calma. Eu costumo dizer que a calma é apanágio do Alentejo. Em Aveiro, felizmente, nós temos vento Norte e foi a “nortada” que nos tem

feito crescer. Por tudo isto, vamos aprovar e depois aprofundar sim senhor, admito que haja esses tipos de questões, mas agora estarmos sempre de facto com esse tipo de atitude, não é uma atitude de maneira nenhuma condizente com aquilo que pretendemos em relação a Aveiro.”

Saiu da Sala o vogal Álvaro Patrício do Bem.

Vogal Manuel António Coimbra:

“ Muito Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria primeiro de dizer, que este é um problema que considero muito importante e gostaria de falar em nome pessoal, apesar de comungar com aquilo que já foi expresso pela minha bancada. Quero dizer que é lógico que é uma zona sensível aquela onde vamos implementar a “Europa dos Pequenitos”. É uma zona que pela sua sensibilidade e pela importância que tem para Aveiro, não nos está a deixar indiferentes e por isso também é uma zona de risco. E há aqui um risco que tem de ser calculado, não podemos ir só pelo vento do Norte, nem pela indolência que foi aqui atribuída ao Alentejo. Acho que temos de ser ponderados e é para isso que eu espero contribuir. Vejo que para mais desastres urbanísticos já nós cá temos muitos; para bons aproveitamentos daquilo que poderá ser a valorização da Ria, então devem contar connosco. E este projecto, poderá ser uma coisa ou outra e se calhar cabe-nos a nós fazer com que um projecto como este possa realmente valorizar a Ria, valorizar a Cidade e se calhar valorizar a região. Porque nós não temos tido muitos projectos como este. É o primeiro que nós estamos a ter de vulto e é pena, devíamos ter tido muitos mais, e por isso é que ao termos um primeiro projecto com esta grandiosidade cá, estamos nós a dar tudo para conseguirmos ganhar à nossa cidade rival. Gostaria que as coisas não fossem postas nesse termo e que as coisas fossem postas na capacidade que Aveiro tem, para realmente conseguir atrair projectos de grandiosidade, não contra ninguém, mas sim a favor daquilo que os Aveirenses querem ter e que merecem ter. Para a Câmara Municipal dar estas coisas todas, é claro que não as pode dar e por isso é que o próprio protocolo fala que é preciso candidaturas a projectos de financiamento. E aqui também é tudo muito vago e por isso acredito que só se possa avançar se houver candidaturas credíveis e financiamentos credíveis e que realmente sem grande endividamento da Câmara se possa construir. E aqui parece que no protocolo há uma colaboração que se pretende que seja profícua entre a Fundação e a Câmara Municipal de Aveiro.

Querida também dizer que este assunto já veio à Assembleia Municipal, não para analisar o protocolo, mas para a compra do terreno. Mas a Assembleia Municipal quando aceitou a compra do terreno, por maioria com três abstenções, implicitamente, está a dizer que quer a Europa dos Pequeninos em Aveiro. E penso que isso não deverá haver dúvidas de que nós, os Aveirenses, queremos a Europa dos Pequeninos em Aveiro. Agora, queremos de uma maneira que nos valorize e é isso que eu acho que tem que estar presente na decisão que nós tomarmos, seja na aprovação deste protocolo, não seja, mas é isto que tem que estar presente. Nós queremos projectos de valor, projectos que valorizem a Cidade e projectos em que os Aveirenses se identifiquem.”

Vogal Henrique Diz:

“ Sr. Presidente, eu gostaria de tornar bem claro para todos nesta sala, que a bancada do PSD não tem dúvidas acerca da importância que um projecto como a Europa dos Pequeninos pode ter para Aveiro. E eu digo pode ter, porque certamente o seu êxito ou inêxito dependem de muitos factores, que escapam necessariamente, à competência e às atribuições desta Assembleia. Se os colegas me permitissem que eu desse um exemplo

muito simples, eu diria assim: ainda não há muito tempo, uma grande empresa multinacional do sector do lazer resolveu instalar perto de Paris, um grande parque de diversões. Tinha todo o conhecimento, muito superior certamente ao conhecimento que tem a Fundação Bissaya Barreto, para instalar um parque que tivesse sucesso, que fosse rentável. E se os senhores quiserem seguir os balanços da empresa e se quiserem seguir a actividade económica gerada no parque, poderão concluir rapidamente que mesmo quem tem muita experiência se engana; quem tem muita experiência de grandes projectos e de projectos internacionais. Se nós não temos dúvidas de que devemos considerar fortemente a existência da Europa dos Pequenos, também não temos dúvidas de que a sua implementação não deve prosseguir sem que haja um estudo cuidadoso das condições que levem ao seu sucesso. E eu peço imensa desculpa a pessoas que falaram antes de mim, mas eu lamento muito, eu vivi não muitos anos, mas vivi alguns, num tempo em que se alguém propunha é porque tinha a certeza. Esse tempo, meus senhores, acabou. A nossa missão aqui é uma missão fiscalizadora. Se há estudos, é simples: a Câmara Municipal apresenta-os. Eu estou convencido, que perante a postura do Executivo nestes dois dias em que trabalhamos em conjunto, certamente que se os tivessem em seu poder nos teriam dado já conhecimento deles. Será que há estudos do Executivo anterior? Bem, então gostaria que eles nos fossem presentes também. Devem ser, certamente propriedade da Câmara e devem encontrar-se nos seus arquivos. A única coisa que nós exigimos é que de facto nos seja dado prova possível, porque todos os investimentos têm risco e é isso que distingue os audazes dos outros, de que este projecto é um projecto para andar e não é apenas mais um elefante branco no qual a Câmara vai enterrar a sua reduzida capacidade de endividamento. Não é um projecto no qual a Câmara tem que viabilizar um hotel. Estão aqui economistas na sala, sabem certamente o que quer dizer viabilizar. A Câmara tem que viabilizar um hotel, tem que viabilizar umas bombas de gasolina, ou é apenas viabilizar no sentido de autorizar? Ó Sr. Presidente, eu gostei muito desse seu esclarecimento na linguagem gestual, porque essa é a sua interpretação. A interpretação de um economista pode não ser essa e portanto, eu penso que é necessário ter todos os cuidados (e o Sr. Presidente com a sua formação sabe-o melhor do que eu) na forma como se redigem protocolos que impõem obrigações à Câmara e é preciso ter também o cuidado suficiente para garantir que a Câmara não vai perder dinheiro. E perder dinheiro para mim, não é investir de forma a recuperá-lo de outras formas. Há certamente muitas formas de o recuperar. Mas recuperá-lo de outras maneiras significa que com este empreendimento esteja provado, que a actividade económica no Concelho é suficientemente elevada ou suficientemente acrescida para que a Câmara seja ressarcida do investimento que ali fez. Deixem-me dizer-lhes por outro lado, que eu sou muito avesso a fantasmas, talvez por causa da minha formação tecnológica e portanto, eu não vejo fantasmas no horizonte, nem invento rivalidades bacocas para justificar decisões que não estão devidamente fundamentadas. O que há que fazer, meus Senhores, é ter razão. Só com a razão é que nós conseguimos ganhar. E se há quem queira investimento, em tudo na vida é assim. Quando a Ford Volkswagen investiu em Setúbal, tinha ofertas certamente de outros países para investir. Nós temos é que ser melhores, mas para ser melhores que os outros, não temos é que abdicar da qualidade de vida que temos, não temos que abdicar da qualidade do nosso ambiente, nem podemos ser melhores que os outros hipotecando o futuro do desenvolvimento da Cidade, nomeadamente, hipotecando ainda mais a Câmara do que o Executivo anterior que foi objecto deste protocolo e o assinou, deixou hipotecada. É preciso tomar em atenção, que não se pode fazer defesa de projectos apenas porque alguém se lembrou deles e era da nossa cor. É preciso que tenhamos claramente a consciência de que estes

projectos vão para a frente e são rentáveis. Não pode ser julgo que existe, tem que ser existe e aonde; não pode ser julgo que atrai turistas, tem que se demonstrar que atrai turistas. É assim que todos os grandes investimentos são feitos. Não vá a Câmara ser agora menos profissional do que aquilo que devia ser.”

Vogal Diogo Soares Machado:

"Começaria por dizer, numa primeira fase da minha intervenção que espero curta e concisa, que este é um momento de alguma tristeza para mim porque entendia eu, antes das eleições como agora, com o anterior Executivo ou com este ou com outro, que este era inequivocamente um projecto válido para Aveiro. Isso foi claramente afirmado e consubstanciado inclusivamente e há provas documentais de tal facto, pelos candidatos à Câmara Municipal de Aveiro nas eleições de Dezembro passado dia catorze. Inclusivamente o actual Presidente da Câmara disse, na altura, que teria muito gosto em inaugurar um projecto destes. Obviamente, que o que é actualmente o Presidente da Câmara de Aveiro não o era na altura. Uma verdade indesmentível. E obviamente que na altura pouco conhecimento teria do projecto a não ser aquilo que todo ou qualquer cidadão desta Cidade poderia ter pelo jornais, talvez pelos Vereadores Socialistas na Câmara de Aveiro legitimamente, talvez por conversas de amigos legitimamente, mas tinha algum conhecimento e não teve hesitações em dizer que este era claramente um projecto válido e que teria muito gosto de o inaugurar. Porque meus Senhores, primeiro para se estar na política é preciso correr-se alguns riscos, senão não havia candidatos à Câmara de Aveiro com cinco milhões de contos de dívidas nem com um milhão. É um risco que este Senhor correu e que outros correram. Inclusivamente, foi aqui afirmado nesta Assembleia e já pelo actual Presidente da Câmara de Aveiro que este era indubitavelmente um projecto válido, com uma multiplicidade de valências, que provavelmente acarretariam investimento, dispêndio de divisas, aumento do fluxo turístico, etc., etc., etc., tudo o que todos nós que aqui estamos sabemos. Ao contrário e reduzindo talvez ao absurdo, é evidente que até quem faz muitos estudos falha e eu fazia a análise ao contrário, é evidente que até quem faz muitos estudos falha, se calhar e nomeadamente porque está em Paris, que chatice haver um Museu do Louvre, que chatice haver a Torre Eiffel, que chatice haver a carga monumental histórica que Paris tem, que chatice para os parisienses, que chatice para quem construiu a Eurodisney. Que chatice! Realmente, coitados! Obviamente, eu também vivi algum tempo, no tempo em que as propostas eram consubstanciadas com certezas. Felizmente esse tempo já acabou e correndo o risco de ferir susceptibilidades, acho que dez anos desse tempo já chega. Todas as propostas eram consubstanciadas em certezas, inclusivamente até à nomeação de alguns Secretários de Estado. Em política é preciso correr alguns riscos e eu pela primeira vez nesta reunião assumo claramente e admiro a postura do actual Executivo, obviamente que este foi um projecto que não foi lançado pelo Executivo Socialista, obviamente que este foi um projecto que foi lançado pelo Executivo do CDS/PP, no anterior mandato autárquico. Obviamente também que estes Senhores que aqui estão hoje, com as mesmas responsabilidades com que estava o anterior Executivo, têm toda a obrigação de olhar para este projecto e se entenderem renegociá-lo, renegoceiam. Aliás, eu já estou a incorrer no mesmo erro que bastantes dos oradores que me antecederam incorreram. É que isto não é um projecto, é um protocolo. E se de hoje para amanhã resolvermos denunciar o protocolo, denunciámos. Se de hoje para amanhã se provar que o estudo de impacto ambiental é nocivo, denunciámos o protocolo; se de hoje para amanhã se provar que a Fundação Bissaya Barreto nos quer espoliar, denunciámos o protocolo. É óbvio, é simples. E todos nós que estamos nesta sala sabemos disso. Agora, o que todos nós também sabemos é que

esta discussão que se está a fazer em torno deste assunto é única e simplesmente movida por motivações políticas. Legítimas. Agora, que não nos toldem o raciocínio as motivações políticas. Não se trata de ganhar o Executivo anterior ou de ganhar este Executivo ou de ganhar o próximo Executivo. Trata-se acima de tudo de ganhar o Município de Aveiro e ganhará com certeza porque se o Município de Aveiro não lucrasse com isto, com este protocolo e com o projecto que se seguirá, de certeza que os primeiros a virem a esta Assembleia denunciá-lo seria o Presidente da Câmara e os Vereadores do Partido Socialista, porque estão a defender os interesses mais elevados do Concelho de Aveiro.

Há bocado a propósito da discussão acerca de uma hipotética recomendação, de uma válida recomendação da bancada do Partido Popular à Câmara sobre o desenvolver de esforços para a fixação de uma Faculdade de Medicina em Aveiro, foi-se dito: Atenção, que o segredo é a alma do negócio. Em relação ao protocolo da Fundação Bissaya Barreto com a Câmara de Aveiro ou vice-versa, eu também acho que o verdadeiro protagonismo se faz nos gabinetes e este é um caso disso, e espero que o Executivo Socialista seja capaz de no silêncio dos gabinetes, na privacidade dos gabinetes, como as coisas devem ser feitas em relação a alguns investimentos, possa ter o peso negocial, a força de vontade e o espírito para renegociar situações que eu entendo agora como entendia antes que podem ser melhoradas neste protocolo. O que eu não consigo conceber é que aqui nesta Assembleia Municipal no Município de Aveiro aos dezassete de mês de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito se discuta agora o aprofundamento, os estudos económicos, tudo o que virá a acontecer depois da ratificação deste protocolo. Quando Coimbra na altura oferecia localizações à escolha para a instalação deste projecto, pouco se borrifando para o impacto ambiental, para as questões ecológicas, para os estudos económicos; quando Coimbra claramente disse e veiculou por todas as formas e feitios na comunicação social que tinha sido roubada, espoliada. Isto não é rivalidade bacoca, isto é claramente uma vitória para o Concelho de Aveiro e é uma vitória de todos nós. E aí daquele que aqui dentro desta Assembleia possa chamar a algo, que outros antes de nós gritaram contra, inclusivamente o Partido Socialista, inclusivamente o Partido Social Democrata, aqui berraram e bem e eu também fui um deles, contra a espoliação efectiva que se estava a processar por parte do poder político de Aveiro para Coimbra. E agora os senhores vêm dizer que é uma rivalidade bacoca. Meus Senhores, para além de riscos é preciso ter coerência em política e a coerência manda e o bom exemplo está no Sr. Presidente da Câmara e no Executivo que o apoia. A coerência manda que os bons projectos se agarrem com unhas e dentes. E este é claro e inequivocamente um bom projecto.”

Vogal Henrique Diz:

" Muitíssimo obrigado Sr. Presidente. Eu tenho já quarenta e sete anos, é uma idade interessante, é uma idade suficiente adulta para perceber que quando os meus adversários não têm categoria para me enfrentar recorrem ao insulto. Eu gostaria de proclamar publicamente, que os meus adversários são e continuarão a ser livres de recorrer ao insulto sempre que isso lhes aprouver. A única coisa que estão conseguir é denegrir-se a eles próprios perante as outras pessoas. Quando quiserem discutir, seriamente, eu estou sempre disponível.”

Vogal Raúl Martins:

" O projecto da Europa dos Pequenitos foi apresentado como a jóia da coroa da governação do Prof. Celso e um grande trunfo eleitoral que mereceu inclusivamente, uma referência expressa no programa eleitoral do CDS/PP. E estou-me a lembrar

daquele naco delicioso de prosa em que dizia: «A Europa dos Pequenitos é um projecto que por si só é revelador da estatura do nosso candidato». Isto revela o empenho, efectivamente, que o Sr. Prof. Celso e o CDS/PP puseram neste projecto. Alguns colegas desta Assembleia que aqui estão pela primeira vez, podem querer dizer que o protocolo foi mal negociado. Pessoalmente penso que não, atendendo a quem o negociou, porque tudo o que foi negociado deste género, efectivamente no mandato anterior foi bem pior do que este protocolo.

Como diria há bocado o meu querido amigo Diogo Machado, "...é um projecto marcado por uma grande multiplicidade de valências". De tal forma o é que na negociação valeu tudo; valência total. De qualquer forma, atendendo a que considero que o projecto é um projecto importante para Aveiro, que o é de facto, vou votar favoravelmente a ratificação do protocolo que aqui nos é presente, tendo em atenção que este Executivo e a Câmara Municipal de Aveiro procurará renegociar o ainda renegociável e procurará soluções com as quais vai tentar minimizar o eventual impacto negativo ao nível económico e ambiental que este projecto eventualmente pode trazer."

Presidente da Câmara:

" Muito obrigado Sr. Presidente. Depois de tantas considerações, vou-me abster de responder a cada uma delas. Mas, eu gostava de dizer o seguinte: O que nós temos neste momento, e convinha que toda a gente percebesse isso em relação ao projecto da Europa dos Pequenitos, antes de ser ratificado por esta Assembleia, um papel que rasgamos ou que a Fundação Bissaya Barreto pode rasgar no dia seguinte e pode decidir instalar o projecto em Coimbra ou na Figueira ou noutras terras candidatas. Portanto, há uma questão política de oportunidade que é preciso que fique muito clara. Nós temos toda a vantagem em ratificar isto hoje, agora eu também não tenho dúvidas, (e subscrevo inteiramente grande parte das informações que aqui foram feitas) que o protocolo foi mal negociado. Há cláusulas que são tecnicamente deficientes, há obrigações que estão lá e que não deviam estar, há outras que estão omissas e que deviam estar, mas penso que uma coisa é a oportunidade política de vincularmos desde já a Fundação Bissaya Barreto, outra coisa é uma negociação posterior para a qual eu sei ver a abertura da própria Fundação. E portanto, penso que quanto à oportunidade de vincularmos já, ela é absolutamente prioritária. Depois quanto ao mérito próprio do projecto e desde logo a questão da zona sensível, Srs. Deputados, nós passamos ali todos os dias e eu estou particularmente à vontade para o sustentar, porque eu já há mais de quatro anos em artigo que troquei com o Dr. Girão, eu dizia que eu preferia ter ali um parque de lazer do que um terminal de camiões de TIR ainda por cima ao abandono, que é mais ou menos o que lá está. Temos lá uma alfândega e temos lá um estacionamento que não serve para nada, e temos em termos de ecossistema, umas marinhas abandonadas que não têm utilização nenhuma. Portanto, estamos confrontados com um projecto que é uma oportunidade histórica de requalificarmos aquela área, de devolver aquela área à fruição dos Aveirenses e ainda por cima de ordenar a paisagem de tal forma que possa vir a substituir aquilo que lá temos agora, que é meio caminho entre alguma coisa que já foi e alguma coisa que ainda não é. Neste momento aquela zona está numa fase de transição a todos os níveis, deplorável. Portanto, eu penso que a ideia em si é boa, mas também não tenho reserva nenhuma em dizer que uma boa ideia pode transformar-se num mau projecto se o projecto for mau e, portanto, temos que acompanhar a fase do projecto com todos os estudos e todos os critérios e todas as exigências que são normalmente característicos deste tipo de projecto. Com certeza que haverá estudos de impacto ambiental, com certeza que terá

que se desafectar da REN, com certeza que o hotel que tem oitenta quartos e no máximo três pisos, mas estamos a falar da área de construção, pode ter até só dois ou um e meio se o projecto do hotel tiver em conta isso mesmo. Com certeza que mesmo que tudo corresse mal e que só começasse a funcionar a estação de serviço e o hotel, Aveiro ganharia um hotel e ganharia uma Marina de atracação de barcos que está ali prevista também. Portanto, eu penso que o investimento mesmo correndo tudo mal acabava sempre por ser bom para Aveiro. É evidente que, como vos digo, a partir de agora é que vamos começar a trabalhar a sério porque está tudo por fazer. Os estudos económicos, a Fundação Bissaya Barreto tem-nos. Eles é que são investidor, é evidente que nós vamos ter também que fazer o nossos próprios estudos, mas o dossier que eu encontrei na Câmara de Aveiro estava vazio nessa matéria, como estava noutras. Isto foi negociado talvez a contra relógio, por razões que eu desconheço e portanto não há dúvida que o protocolo precisava de ter sido muito mais amadurecido, mas tendo este brinde na mão eu acho que nós não devemos deixar fugir e devemos é trabalhá-lo bem em conjunto com a JAPA e com a Fundação Bissaya Barreto. De resto, bem sabemos que há um plano de pormenor para essa zona que está a ser feito pela JAPA e tudo isso terá que ser devidamente integrado.

A viabilização, Sr. Professor, a minha formação jurídica diz-me precisamente que estamos a falar de uma viabilização técnica-jurídica de um projecto, de uma licença de um particular e é dessa que estamos a falar. Não estamos a falar de uma viabilidade económica do projecto. Aliás não faria qualquer sentido que sendo o hotel explorado pela Fundação, fosse a Câmara de Aveiro a viabilizar essa exploração económica. Não faz qualquer sentido.

A qualidade de vida. Francamente, que qualidade de vida é que nós temos ou que os nossos jovens têm pelo facto de terem ali aquilo que não podem aproveitar de todo? E será que a qualidade não é melhor se o projecto for suficientemente feliz para conseguir um equilíbrio razoável entre a paisagem que lá está e um aproveitamento de lazer? Penso que sim e porque é preciso arriscar politicamente e de facto há aqui alguma dose de risco político na ratificação deste protocolo, não vale a pena escondê-lo. Eu proporia que se ratificasse.”

Vogal Henrique Diz:

" Gostava só de pedir um esclarecimento ao Sr. Presidente, quando afirma que o investidor é a Fundação Bissaya Barreto. Eu não tenho dúvidas nenhuma acerca do interesse do projecto. Gostaria de o ver comprovado por números, mas isso é a minha formação técnica que me leva nesse sentido, mas não tenho dúvidas sobre o possível impacto do projecto em termos de Aveiro. Agora, não me diga Sr. Presidente, que o investidor, a Fundação Bissaya Barreto, quando a Câmara Municipal de Aveiro tem que ceder um terreno com 7,8 hectares, um terreno com 3,2 hectares, constrói as infra-estruturas básicas, nomeadamente redes principais de abastecimento de água, saneamento e electricidade, bem como arruamentos de acesso e assegura ainda o movimento das terras necessárias para enchimento de terraplanagem da zona. O Sr. Presidente possivelmente terá na sua posse elementos que lhe permitam dizer que esta parte do investimento é uma parte menor, comparada com o investimento realizado pela Fundação Bissaya Barreto e talvez por isso me diga que o investidor é a Fundação Bissaya Barreto. Mas eu sinceramente lhe digo, eu gostaria perante o discurso que o Sr. Presidente fez aqui na última reunião que nós tivemos, acerca das dificuldades financeiras da Câmara, eu gostaria de saber exactamente em que é que a Câmara se está a meter ao aceitar prosseguir com um projecto que pode ser eventualmente (e eu acredito plenamente que seja) de interesse para a Cidade.

Eu fico muito surpreendido de facto, quando tinha lido o protocolo já me tinha parecido isso, eu não sou jurista, mas veio agora a sua douta opinião confirmar-me que de facto este protocolo não tem qualquer validade, pode ser rasgado amanhã pela Câmara ou pela Fundação Bissaya Barreto. E portanto, permita-me mais uma vez lamentar que os municípios do Concelho de Aveiro tenham sido enganados.”

Presidente da Câmara:

“ Eu só queria dizer o seguinte, porque isto de facto é um projecto que é polémico e que é sensível, mas a atitude da Câmara Municipal de Aveiro na análise deste projecto e nas contas que vai fazer, vai pautar-se com esta preocupação: cada metro de ria que tiver que ser aterrado, nós vamos meditar durante uns quilómetros, porque de facto a ria para nós é um património irredutível e todas as obras que forem autorizadas na ria, vão ser autorizadas depois de todos nós estarmos convencidos que nós Aveirenses vamos ter uma ria melhor e vamos poder utilizar melhor e vai ser esse o critério de muito rigor que vai presidir na avaliação deste projecto.”

Vogal Jorge Nascimento:

“ Depois da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, eu devo começar que fiquei com dúvidas e gostava que o assunto fosse clarificado. Das duas uma, ou o Sr. Presidente acha que a negociação anterior foi boa e portanto acolhe-a, ou não está a dizer com meias tintas, que nós não gostamos muito disso. Se a negociação anterior é acolhida por si, é acolhida de pleno. Não é estar a dizer que foi preparado um conjunto de obrigações vertidas neste protocolo, que mais não são do que a Fundação Bissaya Barreto obrigar-se a executar aqui um projecto num terreno que a Câmara se compromete a ceder-lhe. Nem se sabe bem se é cedência ou não, que nem se sabe se o terreno é da Câmara, mas creio que uma parte será da Câmara ou será porventura também haver aqui uma mescla de concessão, vamos fazer aqui determinadas coisas e a Câmara a viabilizar com a sua autorização camarária e, portanto, nós queríamos saber concretamente se o Sr. Presidente acha isto válido ou se como parece intuir-se da sua segunda intervenção, se realmente isto afinal só se acolhe daqui a ideia do Portugal dos Pequenitos e se pelo menos essa mais-valia política é ou não compensadora para este Executivo continuar a ideia, sedimentá-la no campo da concretização, que é afinal para isso que nós somos aqui vocacionados, chamados para votar aqui esta proposta. Porque se realmente o Sr. Presidente nos disser que o que está feito de nada vale, e portanto isto parte tudo de novo, nós teremos de reponderar. O que está feito nada presta e o que tem de fazer é tudo de novo; nós iremos ponderar a nossa posição.”

Presidente da Câmara:

“ Não há só duas hipóteses, de facto há uma terceira e eu penso que ficou aqui claro. Eu não disse que o que foi assinado não vale nada, nem disse que era tudo bom, é a terceira hipótese. O que foi assinado tem deficiências e tem limitações e tem que ser desenvolvido. Mas mesmo assim eu acho que é preferível assinar porque vinculamos juridicamente a nossa contraparte e temos a expectativa de que as coisas más serão melhoradas e portanto o protocolo poderá ser desenvolvido. As coisas boas são por exemplo, o compromisso claro da Fundação de que instaurará em Aveiro, naquele local o parque temático com exclusividade em relação a qualquer outro ponto do País, ou seja, abre em Aveiro e não abre em qualquer outro ponto do País. As coisas boas são que, haverá um concurso de concepção do projecto e portanto, em relação ao projecto é prematuro estarmos a estabelecer aqui considerações sobre o seu cariz.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

"Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu em primeiro lugar tinha uma dúvida e a dúvida que ia pôr era em relação a uma afirmação que fez o Sr. Presidente da Câmara. Ele falou numa Marina. Eu nunca tinha ouvido falar numa Marina. O protocolo não se refere à Marina. Mas de qualquer forma o que me parece é que se corre um risco. Como toda a gente diz há riscos e eu digo que em ecologia há riscos perigosos. E é exactamente uma avaliação do risco que não está feita. Não há dúvida nenhuma que é uma zona que poderá não estar neste momento bem tratada, em boas condições, mas isso não quer dizer que o tratamento seja este. Pode haver um tratamento melhor. De modo que, o meu problema é que eu reconheço a minha falta de conhecimentos em ecologia, para saber se o impacto é negativo ou não. Eu não digo isso. Eu acho que a Europa dos Pequenos é um bom projecto. Agora, como eu reconheço as minhas limitações e não quero atirar antes de apontar, fica uma infantilidade e ligeireza dizer que o melhor é fazer para não perderem mais nada. É por isso que reconheço que há gente que sabe mais do que eu e como tal deveria estudar o assunto, de facto deve-se estudar o assunto com a calma que for necessária porque nós dizemos: Gostei muito do que disse o Sr. Presidente, dizer que nós somos irredutíveis pela ria. Pois somos mesmo. E como irredutíveis que somos temos a responsabilidade de nunca admitir que de facto, a solução que for lá encontrada seja pior do que outra que seja possível. Pergunto: não haverá outro terreno? É fatal que seja aquele? Outra pergunta que eu faço: Será possível depois de assinar este protocolo, fazer esses estudos e eu refiro esses estudos de natureza ambiental, de incidência ambiental e de incidência económica, se nos concluírem que isto é negativo para nós, podemos nós rasgar este protocolo? É que isto tem que ser sugerido e eu não sei se do ponto de vista jurídico é possível."

Vogal António Salavessa:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu estou de acordo em relação às considerações que o Sr. Presidente fez, em relação por exemplo, ao terminal da TIR. Aliás, se o parque estivesse pensado para o substituir, acho que era uma boa solução. No entanto, aquilo que nos é proposto não é isso. O terminal TIR ainda é um problema a resolver naquela zona. A objecção que temos é sobre os termos concretos do protocolo, nomeadamente no volume de compromissos que a Câmara assume sem uma contrapartida evidente por parte da Fundação Bissaya Barreto. O Sr. Presidente afirma a disposição da Câmara negociar os aspectos negativos e melhorar e que terá condições para o fazer. Acontece, é minha convicção, que as vantagens que a Câmara dá são tão grandes, que a posição negocial da Câmara seria mais forte se a Assembleia rejeitasse os termos actuais do protocolo. E o Sr. Presidente munido dessa rejeição os pudesse rever. Esta é a minha convicção, porque aquilo que é oferecido é tanto que não é abandonado à primeira vista.

Quanto à urgência do processo, Sr. Presidente, vinte e cinco de Outubro protocolo; treze de Março o agendamento; quase quatro meses entre uma coisa e outra, não vejo porque é que não se pudesse ganhar mais quinze dias, três semanas ou um mês para que a renegociação ocorresse."

Presidente da Câmara:

" Só para esclarecer. De facto em relação à Marina, vem prevista no ponto B dos anexos, destinar-se-á a abastecimento de combustíveis terrestre e marítimo, neste caso para serviço da Marina e de recreio, prevista para a área contígua. Tem razão, não é claro que seja feita pela Fundação. É das tais coisas que tem que ser esclarecido e eu também partilho esta reserva, isto tem que ser esclarecido. Mas está cá previsto.

Depois o novo terreno, eu diria Sr. Salavessa que a hipótese de se estudar um novo terreno, é antes de ratificarmos o protocolo, é uma questão de dose de risco a correr ou acho que é ultrapassar o risco razoável que se pode correr, porque se nós vamos dizer à Fundação: não, agora voltamos atrás, o terreno é bom demais, não pode ser para vocês, vamos procurar outro. Eu prefiro vincular e negociar depois, porque sei que haverá abertura para isso, do que fazer o contrário. Porque senão posso ser confrontado com uma proposta mais vantajosa de uma outra Câmara concorrente entretanto e ser ultrapassado quando menos esperar.

Em relação à urgência, teve a ver com o processo negocial, teve a ver com o eu só ter tomado posse no dia cinco e assim que pude agendei. Primeiro, tive que agendar a aquisição dos terrenos e depois agendei a ratificação do protocolo."

Vogal Britaldo Rodrigues:

"Nos termos regimentais solicito uma interrupção dos trabalhos durante dez minutos para nesta bancada parlamentar debatermos o sentido de voto."

Presidente da Mesa:

" Os trabalhos estão interrompidos por dez minutos para o exercício de um direito potestativo da bancada do Partido Social Democrata."

Retomados os trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação o ponto n.º 5 da agenda de trabalhos: Protocolo "Europa dos Pequenitos" - Ratificação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria de trinta e um votos a favor (10PP+11PSD+10PS) e um voto contra (1 PCP).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal António Salavessa:

"Se o que estivesse em discussão fosse a mera decisão acerca da instalação do parque temático "Europa dos Pequenitos" em Aveiro e preferencialmente noutra local que não o que está previsto, o voto do PCP seria favorável, mas o que foi objecto da votação foi um protocolo concreto, cujos termos são profundamente desequilibrados em desfavor dos interesses de Aveiro. Porque a ideia é uma boa ideia, porque o local não é o local mais indicado, porque o protocolo é um péssimo protocolo, o voto do PCP é contra os termos do protocolo."

Vogal Britaldo Rodrigues:

"A bancada do PSD votou favoravelmente a instalação do parque Europa dos Pequenitos, em virtude do interesse que se reconhece na instalação deste parque em Aveiro, tendo em consideração não enfraquecer a posição negocial da Câmara face à Fundação Bissaya Barreto. Registando no entanto, o compromisso assumido durante o debate pelo Sr. Presidente da Câmara no que se refere:

- a) correcção da má negociação do anterior Executivo;*
- b) salvaguarda dos interesses de Aveiro;*

- c) protecção do ambiente, nomeadamente no que respeita à ria e sua envolvente;*
- d) salvaguarda dos interesses económico financeiros do Município;*
- e) salvaguarda dos interesses sociais e culturais do Concelho.*

Fazê-mo-lo na certeza, de que o Sr. Presidente trará à Assembleia a curto prazo e antes do início da execução do projecto a informação pertinente sobre o mesmo e se for oportuno, a nossa deliberação sobre ela."

Vogal Jorge Nascimento:

" A bancada do CDS/PP votou a favor o que é um simples protocolo e como tal simplesmente fixador de princípios que trazem um importante investimento para Aveiro. Como protocolo que é e definidor de princípios, carece de ulterior negociação e concretização dos mesmos, que estamos certos, este Executivo o fará com eficiência, como contava fazê-lo o Executivo anterior."

Neste momento, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a minuta da acta respeitante a esta reunião, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade e cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

Finalmente, nos termos regimentais, o Presidente da Mesa convocou a próxima reunião da presente Sessão para o dia 19 do mês em curso, pelas 21:00 horas.

E não se registando mais intervenções deu por encerrada a reunião.

Eram 01:30 horas do dia 17 de Fevereiro.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.